

# Evidência

Revista Científica



**hawking**  
EDITORA

Educação,  
Gestão,  
Sociologia &  
Tecnologia



2075-5300

V.12 N.1 Abril/junho 2023

# REVISTA CIENTÍFICA EVIDÊNCIA

v.12 n.1 abril/julho 2023



**EDITORIAL:** Betijane Soares de Barros  
**REVISÃO ORTOGRÁFICA:** Editora Hawking  
**DIAGRAMAÇÃO:** Luciele Vieira  
**DESIGNER DE CAPA:** Editora Hawking  
**IMAGENS DE CAPA:** canva.com  
**ARTE FINAL:** Luciele Vieira

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



A Revista Evidência está sob os direitos da Creative Commons 4.0  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

### **NOTAS DO EDITOR**

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Evidência a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

---

Revista Evidência / Editora Hawking  
- Vol 12, n.1 (2023) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2023 –  
Trimestral

ISSN 2675-5300

DOI 10.29327/220687.12.1

1. Revista Evidência – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

---

**Editora Hawking 2023**

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780  
Disponível em: [www.editorahawking.com.br](http://www.editorahawking.com.br) [editorahawking@gmail.com](mailto:editorahawking@gmail.com)

## DIREÇÃO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup> Betijane Soares de Barros**

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS <http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

## CONSELHO EDITORIAL

### **Dr<sup>a</sup>. Adriana de Lima Mendonça**

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

### **Dr. Anderson de Alencar Menezes**

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

### **Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli**

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Anildo Monteiro Caldas**

Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual Paulista - FCAV/UNESP (2015), com período sanduíche em Universidad de Valladolid - Espanha, área de concentração "Ciência do solo / Linha de pesquisa Engenharia de água e solo". Mestre em Engenharia Agrícola e Ambiental pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2007), área de concentração "Engenharia de Água e Solo / Linha de pesquisa Solo e Geoprocessamento". Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2004). Atual como professor Adjunto do Departamento de Tecnologia Rural da UFRPE. Tem experiência em Extensão Rural e Estágio de Vivência Rural Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Cartografia, SIG e Avaliação e Perícias Rurais.

<http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva**

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadoli**

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)

Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)

Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Jamyle Nunes de Souza Ferro**

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016) Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018) <http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)

Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr. Patrocínio Solon Freire**

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)

Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)

Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)

Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014) <http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)

Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014) <http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

## **AVALIADORES DESTE NÚMERO**

**Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli** <http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

**Dr. Anildo Monteiro Caldas** <http://lattes.cnpq.br/6543959400281255>

**Dr. Eduardo Cabral da Silva** <http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

**Dr. Fábio Luiz Fregadoli**  
<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

**Dr<sup>a</sup>. Laís Agra da Costa**  
<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

**Dr<sup>a</sup>. Lucy Vieira da Silva Lima** <http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

**Dr. Rafael Vital dos Santos**  
<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

## EDITORIAL

---

A Revista Científica Evidência (ISSN 2675-5300) foi criada em 2020, como decorrência de ações que visavam à implementação do conhecimento científico. E tem como objetivo disseminar resultados e reflexões advindos de investigações conduzidas nas áreas de educação, ciências, saúde, gestão, direito, administração, tecnologia e outros, com ética e eficiência, de forma a contribuir para a consolidação das áreas, para a formação de pesquisadores, e para a produção de conhecimentos, que fundamentem o desenvolvimento de ações educativas responsáveis e comprometidas com a melhoria do conhecimento científica e com o bem estar social.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista. A opção por uma publicação visa aproximar os trabalhos originais e inéditos nos diferentes domínios de Estudos. Se percebido do ponto de vista social, as questões mudam juntamente com a perspectiva. A soberania, por exemplo, deixa de ser uma esfinge e passa a ser percebida como um fato da vida. Do mesmo modo, os elementos que mais chamam a atenção passam a ser aqueles relacionados à interação entre sistemas.

Sejam bem vindo e boa leitura.

Betijane Soares de Barros

---



# SUMÁRIO

---

## **APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**

Arlene Morais

Maria Alice Vasco da Hora

Alex das Chagas Rosa

Iris Mayara Vasco Gondim Feitoza

Jonas dos Santos Lima..... 01

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS AO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Mardcélia Cavalcante Farias

Tháise da Silva Santos Oliveira

Alex Chagas da Rosa

Sandra Cristina de Sousa Alves

Jonas dos Santos Lima..... 18

## **DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA**

Ana Luiza de Almeida Oliveira

Laura Cecília da Rocha Santos

Maria Lúcia Pereira Silva Lima

Gleide Selma dos Santos Lima

Jonas dos Santos Lima..... 36

## **O LÚDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Jonas dos Santos Lima

Anderson de Alencar Meneses..... 53



Esta obra está sob o direito  
de Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Arlene Morais<sup>1</sup>  
Maria Alice Vasco da Hora<sup>2</sup>  
Alex das Chagas Rosa<sup>3</sup>  
Iris Mayara Vasco Gondim Feitoza<sup>4</sup>  
Jonas dos Santos Lima<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente trabalho apresenta a abordagem de aprendizagem identificada como Problem Based Learning (PBL) uma sigla em inglês, traduzida como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), como possibilidade na Educação Infantil. Enquadra-se como um estudo de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo em acordo com a natureza do objeto, que visa abordar a PBL como possibilidade na sala de aula da educação infantil. Neste contexto, foi descrita a proposta didática para aprendizagem PBL na Educação Infantil, como uma ferramenta de aprendizagem, onde os estudantes devem ser motivados a investigar e criar, em busca da construção e apropriação do conhecimento. Para tanto, realizou-se uma caracterização das metodologias ativas, uma sistematização, presente nas salas de aulas, comparando-as com os métodos tradicionais com forte presença na educação brasileira na atualidade; em seguida, foi analisado o papel dos projetos como mola propulsora em sala de aula, assim como, as possibilidades da PBL na educação infantil. Neste quadro, o trabalho em tela, tem por meta: a diferenciação entre as metodologias ativas, dos métodos tradicionais; sendo possível a realização do estudo da literatura sobre a importância da PBL, além da compreensão do papel do educador como mediador também na educação infantil, além das formas de utilização da PBL para que assim, com o planejamento pedagógico a criança aprenda a solucionar problemas. Diante do exposto, o Professor deve utilizar estratégias tais como: a lógica, acerto e erro, aprendizado interativo e a pesquisa, com foco na necessidade do aluno, neste aspecto, durante a aplicabilidade da abordagem de aprendizagem PBL o estudante, que antes era receptor passivo, torna-se ativo na construção do conhecimento, isso se dá também pelo fato que esta abordagem de aprendizagem PBL desenvolve o estímulo à leitura, habilidades de pesquisa e investigação e ao pensamento crítico são esses os

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-AL. [arlemorais49@gmail.com](mailto:arlemorais49@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-AL. [alicevasco2023@gmail.com](mailto:alicevasco2023@gmail.com)

<sup>3</sup> Licenciado em Geografia, Mestre em Educação - [prof.alex.chagas@frm.edu.br](mailto:prof.alex.chagas@frm.edu.br)

<sup>4</sup> Especialista- [prof.iris@frm.edu.br](mailto:prof.iris@frm.edu.br)

<sup>5</sup> Mestre em Educação e Doutorado em Ciências em Educação - ACU

objetivos alcançados nos resultados atingidos com esta abordagem. Portanto, buscou-se através da abordagem de aprendizagem PBL na educação infantil enfatizar a hipótese que a prática da problematização nas séries iniciais potencializa o aprendizado das crianças, a partir dos aspectos do desenvolvimento integral.

**Palavras-chave:** Aprendizagem Baseada em Problemas. Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a abordagem de aprendizagem identificada como *Problem Based Learning* (PBL) uma sigla em inglês, traduzida como Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), como possibilidade na Educação Infantil.

Neste aspecto, o trabalho em tela discorrerá sobre a diferenciação de duas linhas de pensamento educativo: de um lado, o referencial teórico que traz a possibilidade de fazer uma análise descritiva entre as metodologias convencionais, focadas na figura do Professor como centro propagador do conhecimento, onde as crianças, jovens e adultos são vistos como tabulas rasas, como receptores passivos do conhecimento, por outro lado, no campo das chamadas metodologias ativas, o estudante passa a ser o centro do processo de ensinoaprendizagem, onde o Professor assume uma posição de facilitador, orientador do processo, sendo os conhecimentos prévios destes aprendentes valorizados e compartilhados, uma concepção desenvolvida e aplicada em alguns países a partir de 1915. Conforme a SED (1998); “Compreender a criança como um sujeito histórico e culturalmente localizado significa dizer que a ação educativa com ela caminha no sentido de ampliar seu repertório vivencial, trabalhando com suas práticas sociais e culturais.”

Neste contexto, será analisada a descrição da proposta didática para aprendizagem PBL na Educação Infantil, como uma ferramenta de aprendizagem, onde os estudantes devem ser motivados a investigar e criar, em busca da construção e apropriação do conhecimento.

Para tanto, realizou-se uma caracterização das metodologias ativas, uma sistematização, presente nas salas de aulas, comparando-as com os métodos tradicionais com forte presença na educação brasileira na atualidade; em seguida, foi analisado o papel dos projetos como mola propulsora em sala de aula, assim como, as possibilidades da PBL na educação infantil que leve as crianças ao campo da reflexão e discussão crítica, como também serem capazes de analisar e resolver problemas reais e atuais. Conforme Rinaldi (2012): “A competência e a motivação das crianças podem ser tanto acentuadas quanto inibidas, dependendo do grau de consciência e da força motivacional do contexto circundante.”

Na sequência foi desenvolvida uma caracterização da chamada PBL enquanto uma abordagem de aprendizagem voltada para a aquisição do conhecimento por meio da resolução de situações-problemas, voltada para a educação infantil.

Neste quadro, o trabalho em tela, tem por meta: a diferenciação entre as metodologias ativas, dos métodos tradicionais;

sendo possível a realização do estudo da literatura sobre a importância da PBL, além da compreensão do papel do educador como mediador também na educação infantil, além das formas de utilização da PBL para que assim, com o planejamento pedagógico a criança aprenda a solucionar problemas. Para fundamentação teórica destacam-se os autores: GUIMARÃES (2019), COSTA (2020), MEIRELES (2021), RIBEIRO (2022).

Destarte, o presente trabalho científico enquadra-se como um estudo de pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo em acordo com a natureza do objeto, que visa abordar a PBL como possibilidade na sala de aula da educação infantil, a partir do entendimento da aprendizagem e o desenvolvimento infantil através de habilidades de solucionar problemas.

## **1 PBL: ASPECTOS CONCEITUAIS**

Para um desempenho qualitativo na aprendizagem das crianças, é necessário que seja estabelecido um amplo, que percorre a formação conjunto de ações, formação continuada e valorização Docente, efetivação de espaços adequados para o acolhimento e permanência de todos, aplicabilidades das diversas práticas pedagógicas que valorizem a criança e sua história de vida, além dos materiais didático-pedagógicos modernos, disponíveis e acessíveis.

Desta forma, conforme Rinaldi (2012) “É agindo e fazendo, que as crianças se tornam capazes de compreender a trilha de seu aprendizado e a organização de sua experiência, de seu conhecimento e do significado dos seus relacionamentos com os outros”. Sendo assim é razoável que sejam utilizadas ações pedagógicas que funcionem na prática, neste cenário, a partir das metodologias educativas ativas, a serviço da resolução dos possíveis empasses que acarretam a defasagem tanto no ensino como na aquisição da aprendizagem.

Conforme Petrocelli (2023):

Na prática, o PBL transformou a aula tradicional e o controle de presença e provas. A abordagem curricular, centrada no aluno, capacita a realização de pesquisas e a aplicação de conhecimento e habilidades que levem ao desenvolvimento de uma solução viável para o problema definido.

Perante o exposto, a abordagem de aprendizagem denominada como PBL tem ganhado espaço nas diferentes esferas educacionais, tornando-se uma grande aliada das práticas pedagógicas, com vistas à melhoria do ensino aprendizagem.

Para Ribeiro (2008):

A primeira sistematização do PBL aconteceu na Universidade McMaster, Canadá, em meados da década de 1960. Sua concepção partiu da constatação por parte de seus

administradores e docentes de que os egressos de sua escola de medicina deixavam o curso com capacidade insuficiente para a aplicação dos conteúdos conceituais ensinados na obtenção de um diagnóstico e poucas habilidades e atitudes profissionais desejáveis à prática (RIBEIRO,2008, p. 24).

Portanto, a abordagem de aprendizagem PBL fundamenta-se nos princípios educacionais que envolvem os resultados cognitivos, que demonstra a aprendizagem não apenas como um mero processo de acumulação de informações, mas que possibilita a construção de novos conhecimentos. Assim, para que as informações se tornem conhecimento de fato, é necessário ativar as estruturas cognitivas existentes a respeito do assunto e assim permitir aos alunos que elaborem significados aos seus conhecimentos (RIBEIRO, 2008).

Neste contexto, a abordagem de aprendizagem PBL se torna eficaz para solucionar as dificuldades da aprendizagem, desde que, o Professor facilitador tenha um perfil investigativo, em acordo com a realidade do educando dentro do escopo da Ciência. Para Moraes e Castellar (2010, p.2), “[...] o problema é uma situação que necessita de resolução, podendo ser apresentada ao aluno [...] Em ambas as situações, o aluno deve recorrer aos conceitos já aprendidos e a outros que deverá compreender, mediado pelo professor”.

Diante do exposto, o Professor deve utilizar estratégias tais como: a lógica, acerto e erro, aprendizado interativo e a pesquisa, com foco na necessidade do aluno, neste aspecto, durante a aplicabilidade da abordagem de aprendizagem PBL o estudante, que antes era receptor passivo, torna-se ativo na construção do conhecimento, isso se dá também pelo fato que esta abordagem de aprendizagem PBL desenvolve o estímulo à leitura, habilidades de pesquisa e investigação e ao pensamento crítico são esses os objetivos alcançados nos resultados atingidos com esta abordagem.

Para Moraes e Castellar:

Nessa perspectiva, a utilização do PBL acaba tendo o objetivo de fazer com que o aluno desenvolva competências que abarcam o levantamento e trabalho com hipóteses diante do problema; o trabalho com diferentes tipos de fontes documentais; o confronto com diferentes hipóteses; a busca de soluções que respondam aos questionamentos; e uma mudança de postura frente ao aprendizado, por parte do aluno e do próprio professor (2010, p. 3).

Nesta visão, a abordagem de aprendizagem PBL é abrangente podendo ser utilizado em diversas disciplinas e para todas as modalidades de ensino.

De acordo com Ribeiro (2008, p.25): “Desde sua sistematização na escola de medicina da Universidade McMaster o PBL

tem sido adaptado a muitos contextos educacionais e ao ensino de diversas áreas do conhecimento”. Na educação infantil tal abordagem pode trazer inúmeros benefícios no desenvolvimento da aprendizagem significativa. Como o modelo convencional de educação encontra-se estagnado, a abordagem de aprendizagem PBL se faz importante para que haja a mudança deste quadro.

Maia et al (2015), define que:

O século XX assistiu a um vertiginoso desenvolvimento científico-tecnológico que tem imposto à sociedade, de um modo geral, e em particular à escola, uma transformação radical. Saberes que anteriormente eram veiculados exclusivamente através de livros e pela escola formal, passaram a ser disseminados por outros espaços como a mídia, sendo que esta abrange veículos e linguagens diversas, que nos tem seduzido pelo uso, por exemplo, dos recursos áudio visuais. Mais recentemente, os avanços das novas tecnologias de comunicação e informação possibilitaram aos meios comunicacionais instaurarem a ideia de sociedade de rede em que as pessoas estão interligadas pelas redes telemáticas, o que abre a possibilidade de democratização do acesso à informação. [...]. O educador convencional ainda não consegue reconhecer e incorporar institucionalmente o valor destas novas linguagens, formas e meios para construção do conhecimento do educando. A força dos meios de comunicação junto às sociedades modernas tem provocado uma série de alterações na maneira dos humanos se

relacionarem com a informação e com o conhecimento, porque eles atuam nas formas de ver e sentir a realidade, e neles há a presença marcante da imagem. Essas mudanças têm alcançado de algum modo, o universo das instituições de ensino e das ações desenvolvidas pela educação formal.

Nesta conjuntura; “A aprendizagem baseada em problemas também conhecida por PBL (do inglês, Problem Based Learning) se configura como uma modalidade inserida no conjunto de metodologias ativas [...]” Meireles; Schimigue; Gozzi (2021, p. 295). Assim, a criança poderá atuar ativamente na aquisição, processamento e reconfiguração do conhecimento. Onde a motivação aos estudos se dá como uma solução para os mesmos, pois quando o estudante é estimulado a buscar respostas para os problemas propostos, sua atenção é voltada para solucionar o problema isso acontece pelo raciocínio que significativamente é a potencializadora da aprendizagem.

## 2 CARACTERIZAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS

As metodologias ativas desenvolvidas a partir de 1980 alicerçadas na psicologia cognitiva, fazem parte do contexto de instituições educacionais que estão atentas às mudanças na educação, o uso crescente de tecnologias no dia a dia e a apropriação do potencial educacional de colocar o aluno no centro do processo pedagógico, as

metodologias ativas se tornam uma realidade mais presente na Educação Infantil. Pois valoriza o protagonismo da criança na construção do próprio conhecimento.

Desta forma, o estudante é estimulado a participar ativamente do aprendizado a partir da resolução de problemas que colaborem para o desenvolvimento de sua autonomia, confiança e senso crítico. Por outro lado, o professor deixa de ser o detentor do conhecimento para se tornar um mediado.

Uma vez aplicadas na Educação Infantil, às chamadas metodologias ativas conscientizam a criança sobre a própria capacidade de resolver conflitos e problemas compatíveis com sua idade. É possível, por exemplo, apresentar uma questão real e propor que as crianças analisem como a organização e melhora da limpeza do ambiente da sala de aula.

Após a reflexão, o Professor na condição de facilitador intermedeia debates nos quais os/as estudantes são incentivados a abordarem soluções e a realizarem projetos sobre o tema. A partir da questão mais próxima, como higienização do espaço escolar, o professor provoca a turma a refletir e criar propostas para questões mais abrangentes e globais, como a da geração de lixo e seu impacto no planeta.

Ao ser utilizado diariamente, a reflexão das metodologias ativas amplia o pensamento e a interação entre os alunos. Orientados por essa prática, os trabalhos em dupla ou grupo fortalecem a colaboração entre as crianças e as capacitam para a tomada de decisões assertivas a fim de solucionar conflitos como um time.

Vale destacar que, embora de forma inconsciente, as crianças têm contato com as metodologias ativas desde o nascimento, o que as prepara para o uso das diferentes abordagens de aprendizagem na fase escolar. Familiares se apoiam no método, muitas vezes sem o conhecimento real dos seus objetivos, e o exploram na conversa com o bebê, no apontar para objetos, pessoas e no incentivo para que a criança realize ações.

Já na sala de aula, suas aprendizagens são potencializadas, uma vez que, neste estágio, as crianças conseguem manter diálogos com questionamentos, repetições, reproduções, expressões e tentativas de dar nomes a objetos e pessoas.

Aliada à mediação do professor, a prática pedagógica por meio das metodologias ativas ajuda a tornar os alunos protagonistas de suas aprendizagens a partir de projetos, rotação por estações e Gamificação, que revelam uma postura ativa e dialógica Figura 1.



**Figura 1** - Esquema do processo de desenvolvimento da Metodologia Ativa



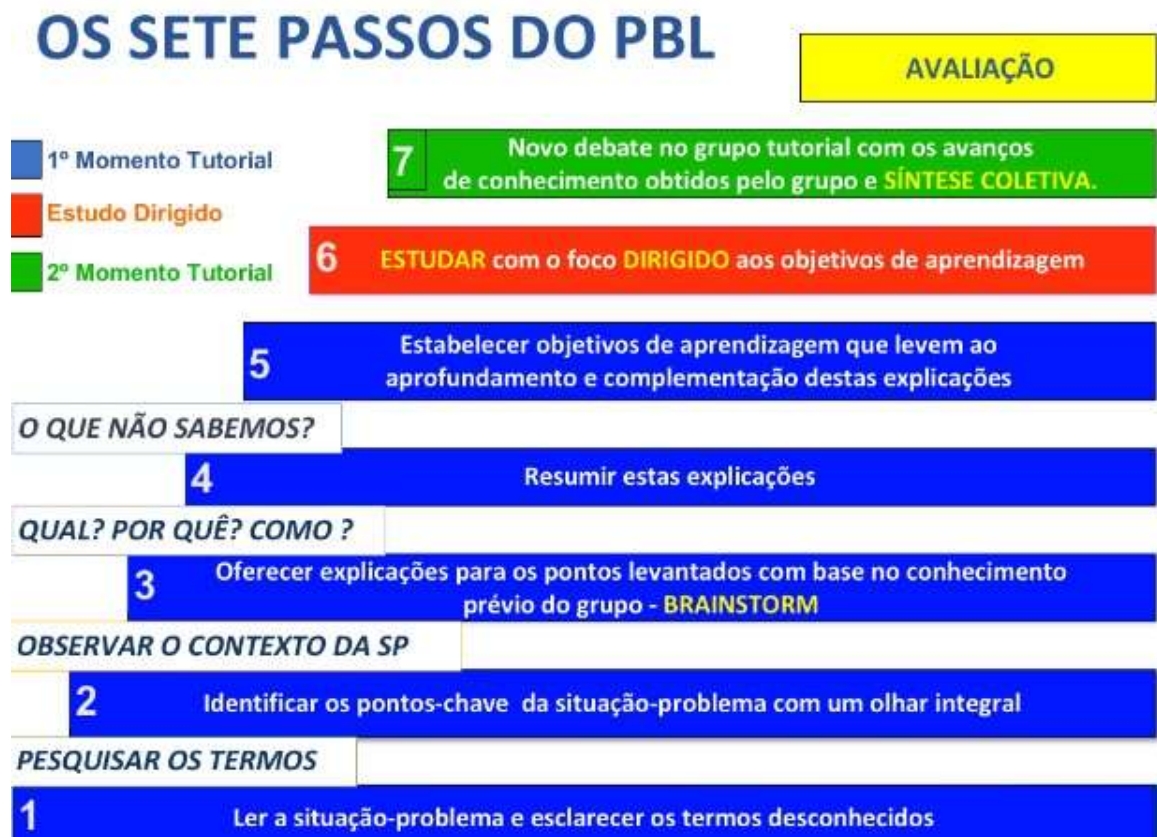
Fonte: Garofalo, 2018.

Entre os benefícios pedagógicos das metodologias ativas estão à educação significativa diante dos desafios contemporâneos, a formação do estudante como um cidadão atuante e sujeito na gestão dos seus saberes e a potencialização da função social da instituição de ensino.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DOS PROJETOS EM SALA

Um projeto para educação infantil é uma tarefa que, geralmente, possui um tema definido e, dentro desse tema, permite que os alunos desenvolvam diversas atividades. Nesse sentido, os educadores acabam assumindo o papel de incentivadores, observando as ações, estimulando e instruindo ao longo de todos os processos, conforme Figura 2.

**Figura 2** - Aprendizagem baseada em problemas nos sete passos modelo básico



Fonte: Coelho; Júnior Pereira (2022).

Assim, para o início de um projeto é necessário identificar o problema e depois desenvolver a abordagem de aprendizagem para solucionar.

Para Costa (2020):

Todas as etapas do projeto sugerem ações dialogadas, são discutidas com os estudantes e eles têm a oportunidade de utilizar suas habilidades em tarefas individuais e de participar de grupos para desenvolver tarefas de forma coletiva. Conduzir o projeto dessa forma proporciona o desenvolvimento de autonomia e responsabilidade. (2020, p. 111)

Em sala de aula o PBL visa facilitar na solução de problemas quanto a aprendizagem dos alunos. Esta abordagem de aprendizagem dá flexibilidade na compreensão de conteúdos complexos e auxilia na fixação dos mesmos. Na educação infantil é quando ocorrem os primeiros passos para a construção da aprendizagem, sendo de fundamental o uso de projetos para intervir nos problemas relacionados ao ensino-aprendizagem.

A respeito de suas características no processo de aprendizagem a PBL envolve cinco fases das quais destacam: perplexidade frente o problema, interpretação do problema, análise para esclarecê-la, hipóteses iniciais,

verificação da hipótese na ação das consequências (RIBEIRO, 2008).

O obstáculo para muitos professores é encontrar uma maneira de fazer com que o aprendizado baseado em projetos faça as duas coisas. “A verdade é que nossos assuntos estão cheios de problemas atraentes e quebra-cabeças desconcertantes. Infelizmente, como professores, às vezes reduzimos nossos assuntos a fatos e números a serem memorizados, em vez de problemas autênticos a serem explorados”, diz Herrmann, graduado do Programa de Liderança em Educação da Harvard Graduate School of Education. “Exemplos ricos de aprendizado baseado em projetos encontram maneiras de abordar as grandes questões de nossas disciplinas de maneira atraente e significativa para nossos alunos, bem como para as disciplinas” (HERRMAN, 2022, apud HOUGH, 2022 tradução nossa).

Neste sentido, a PBL favorece significativamente aos atributos essenciais tais como: adaptação a mudanças, habilidades de solucionar problemas, pensamento criativo, trabalho em equipe, identificação de pontos fortes e fracos com o objetivo de aperfeiçoar a aprendizagem (RIBEIRO, 2005).

Todo o projeto em sua prática necessariamente deve ser desenvolvido em suas propostas, atividades que fazem parte do cotidiano da criança que desta forma despertando e motivando o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Na perspectiva de Costa (2020, p. 28), “[...] nem todo projeto realizado em sala será um exemplo de PBL, pois esta é estruturada a partir de uma série de características específicas e, apesar de não ser uma metodologia recente, não é muito conhecida pelos profissionais da educação”.

Na ótica de Ribeiro (2022);

Deste modo ela é baseada na psicologia cognitiva, uma vez que pressupõe que os conhecimentos são estruturados na memória através da reestruturação. Os alunos ao tomarem conhecimento do problema proposto, necessitam acessar os conhecimentos na memória a fim de resolver o problema. (RIBEIRO, 2022, p.39)

A abordagem de aprendizagem PBL desta forma é pautada em fatores sociais, para estabelecer estratégias com objetivo de resolver o problema, assim as atividades podem ser em grupos como também individual, levando sempre em relevância a autonomia dos alunos ao questionarem suas interpretações do problema (RIBEIRO, 2022).

No processo de investigação da pesquisa ou projeto é feito sistematicamente com tarefas planejadas e estruturadas para o

desenvolvimento de competências e habilidades.

Conforme Costa:

Em um cenário de PBL, os alunos se envolvem em tarefas que giram em torno de resolver um problema que seja desafiador para ele [...]. Com a PBL é possível integrar diferentes conhecimentos e estimular o desenvolvimento de diversas competências e habilidades, como o trabalho em equipe, o protagonismo e o pensamento crítico. Dentre os elementos de um projeto temos: o problema, a pesquisa e exploração do tema, a originalidade, a reflexão, a voz ativa do aluno, o processo de avaliação e a apresentação de um produto final. (COSTA, 2020, p.39)

Quando a PBL é aplicada em grupo, espera-se que os estudantes tenham contato com as soluções dos outros grupos, para compreensão que ambos chegaram a uma solução do mesmo problema, deste modo estarão agregando conhecimentos ao terem contato com linhas de raciocínio divergentes de cada indivíduo ou grupo. (GUIMARÃES, 2019).

#### **4 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA PBL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

É essencial que no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil o Professor esteja atento nas observâncias quanto às dificuldades das crianças, apresentadas durante as aulas práticas, ou seja, por vezes os docentes estão habituados a utilizarem apenas métodos

tradicionais, que pouco se interessam em desenvolver métodos para intervir nas dificuldades dos estudantes, em geral, por conta da cosmovisão de quem está na posição de mando, do tempo e lotação das salas, questões que acabam inviabilizando o processo.

Conforme análise de Silva (2015);

As instituições pedagógicas são, por princípio, instituições sociais. Cada sociedade é levada a construir o sistema pedagógico mais adequado às suas necessidades, [...] de preservá-la, ou ao sistema mais conveniente à reprodução das relações de poder. Quando a sociedade, inserida em um contexto histórico específico, muda as relações de poder entre seus membros, o sistema pedagógico pode ser alterado. (SILVA, 2015, p.33)

Para um desenvolvimento qualitativo da aprendizagem, são necessárias inúmeras estratégias, sempre com foco no aprendizado da turma como um todo. Assim, a PBL pode ser trabalhada em sala de aula com atividades voltadas para a solução de problemas reais que fazem parte da vivência dos educandos no dia a dia. Nesta abordagem, estas crianças são sujeitos ativos no processo de aprendizagem, ou seja, prioriza-se a participação das mesmas na prática das atividades pedagógicas.

Na observação de Borges; Alencar (2014);

É relevante ressaltar que, mesmo sendo baseada na aprendizagem

através da solução de problemas, a PBL não é meramente uma técnica para resolver problemas. Técnicas de solução de problemas são fundamentais, porém a PBL não se resume nelas. (BORGES e ALENCAR, 2014, p. 134)

Nesta ótica, as abordagens de aprendizagens via PBL passam a ter um efeito quando sua intencionalidade for definida para facilitar a compreensão de seu potencial pedagógico, ou seja, trabalhar o intelectual em conjunto com a disponibilidade afetiva que impeça desta forma as condições que dificultem o desempenho escolar (BERBEL, 2011).

A diferenciação do ensino tradicional para a PBL se dá que no tradicional a aprendizagem é por meio da memorização de conteúdos, já na abordagem PBL desafia o aluno na busca de solução para os problemas. Para Silva (2015, p.34), “o trabalho docente é parte integrante do processo educativo, no qual os membros da sociedade são preparados para a participação na vida social”. Deste modo a PBL auxilia o aluno a lidar com os problemas existentes e solucionar os mesmos.

Desta forma, a abordagem de aprendizagem PBL apresenta-se como uma inovadora ferramenta com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem baseada em problemas, isso se dar por meio do raciocínio lógico, ferramentas tecnológicas e a imaginação.

Assim a importância da sala invertida, ou seja, passando do método tradicional para uma aprendizagem significativa onde o aluno é o sujeito ativo da construção do saber. Para Júnior (2021);

Quanto ao despertar do interesse, é muito mais fácil percebê-lo [...] quando nos sentimos desafiados a construir ou apresentar um plano de solução a partir de nossas próprias capacidades e não por um instrumento, passo a passo ou receita previamente apresentada, desconexa do mundo. O simples fato de repetir passos [...] não desperta a curiosidade, que é essencial para criatividade e consequentemente para a formação crítica e para o desenvolvimento do pensamento lógico. (JÚNIOR, 2021, p.17)

Há muitos desafios no processo ensino aprendizagem, por motivos que nem sempre o Professor está disposto a desmistificar o ensino tradicional para o uso de métodos pedagógicos progressistas, na qual a mediação e a interação do professor são os pressupostos essenciais para que ocorra aprendizagem. A PBL contribui de forma ativa para a descoberta como também no desenvolvimento de novos saberes por meio da autonomia intelectual (BORGES; ALENCAR, 2014).

As caracterizações sobre a PBL deixa subentendido que se trata de uma educação científica que incentiva a criatividade, hipóteses, resultados e avaliação. Com essas

habilidades se constrói as ações afetivas para convivência em sociedade. Assim é importante desenvolver metodologias ativas para formar indivíduos conscientes e responsáveis das ações geradas. (SOUZA; FREITAS, 2020).

Na educação infantil se trata do alicerce para a fundamentação das próximas etapas escolares. Para as crianças é na escola que passam a perceber um mundo totalmente diferente do qual estão acostumadas.

Na reflexão sobre o ato de ensinar Silva (2015) propõem que:

O proposito do ensinar é promover a [...] aprendizagem insaciável, fruto da curiosidade de aprender [...] Dentro deste contexto define-se a aprendizagem em dois tipos gerais; [...] A significante é baseada em memorização, envolvendo apenas a mente, já a experimental é baseada nas experiências vivenciadas (SILVA, 2015, p. 38).

É na escola o primeiro contato com diferenças culturais, etnias, costumes e

especificidades de alguma deficiência física, mental e intelectual que são percebidas durante a convivência com os colegas dentro do âmbito escolar.

## **5 QUANDO UTILIZAR A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMAS**

As pesquisas atuais estão localizadas no propósito de identificar a eficácia da ABP sem efetuar comparativos e determinar quando é mais prático utilizar essa abordagem em detrimento de outras metodologias que também se contrapõem ao método tradicional.

Estudos desenvolvidos por Kirschner, Clark e Sweller (2006) apresentaram resultados falhos para a ABP quando ela é utilizada como uma metodologia em que o processo de orientação foi deficiente. Por outro lado, quando ocorre um planejamento pedagógico, os resultados são positivos. Figura 3.

**Figura 3-** Modelo de Processo Ensino baseado na Aprendizagem baseado em problemas (ABP) ou PBL (Problem Based Learning)



Fonte: Práxis Vivida Wordpress s.d.

Essa necessidade de formação e resultados totalmente dependentes de desempenhos individuais já havia sido citada como uma das desvantagens da utilização. A necessidade de um cuidadoso planejamento sobre esse relacionamento se reafirma como uma necessidade.

A determinação da eficácia depende de uma análise detalhada do processo como um todo, principalmente devido ao fato de serem aceitas soluções de problemas que podem se demonstrar ineficazes em muitas situações e funcionalidade em outros contextos, o que não permite invalidar alguma das soluções propostas, ainda que não apresentem funcionalidade completa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma reflexão crítica, o presente trabalho buscou demonstrar que a abordagem de aprendizagem PBL contribui essencialmente para a aprendizagem de

crianças, assim essa inovadora ferramenta tem objetivo de proporcionar uma aprendizagem baseada em problemas, isso se dar por meio do raciocínio lógico, ferramentas tecnológicas e a imaginação.

Na atualidade, conforme o avanço da modernização no contexto do ensinoaprendizagem, compreender a diferenciação do ensino tradicional e a abordagem PBL, é fundamental para atender com eficácia, pois no tradicional a aprendizagem é por meio da memorização de conteúdos, já na abordagem PBL o estudante é desafiado na busca de solução para os problemas propostos.

Assim como a PBL é facilitadora para trabalhar em sala de aula com atividades voltadas para a solução de problemas reais que fazem parte das vivências dessas crianças no dia a dia.

O Professor na condição de facilitador da aprendizagem deve estar atento às

dificuldades de seus educandos, tendo a percepção sobre as diversas formas de abordagens de aprendizagem, com foco na aprendizagem integral, que garanta o crescimento dos sujeitos nas dimensões: intelectual, emocional, física, social e cultural; isto posto, todo o projeto em sua prática deve trazer em suas propostas, atividades que façam parte do cotidiano da criança que desta forma despertando e motivando o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

Neste ambiente, a educação infantil praticada na escola se compromete em formar a criança para desenvolver capacidades indispensáveis, como atenção, afetividade, a concentração e o agir em grupo diante das diferenças.

Desta maneira, é necessário que o professor-facilitador prepare os projetos com foco no ganho da aprendizagem, que atinja o desenvolvimento físico, intelectual e emocional tornando a prática da PBL, eficaz e prazerosa para a criança.

Portanto, buscou-se através da abordagem de aprendizagem PBL na educação infantil enfatizar a hipótese que a prática da problematização nas séries iniciais potencializa o aprendizado das crianças, a partir dos aspectos do desenvolvimento integral, uma vez que, dentro deste processo estão inseridas as habilidades, tais como: a solução de problemas na prática, o trabalho em

equipe, o senso da investigação e a criatividade.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Tiago Silva; ALENCAR, Gidéia. **Metodologias ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso das metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior.** Cairu em Revista, 2014.

BERBEL, Neusi A. Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes.** Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2011.

COELHO, Isabel C. Meister M.; JÚNIOR PEREIRA, Gerson Alves. **Aprendizagem baseada em problemas ABP - PBL.** São Paulo: USP, 2022. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=105013&section=14>. Acesso em: 03 jun. 2023.

COSTA, Karoliny Mendes. **Aprendizagem baseada em projetos no ensino de química promovendo aprendizagem significativa criativa/** Karoliny Mendes Costa. Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vila Velha, 2020.



GAROFALO, Débora. Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado. **Nova Escola**, São Paulo, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11897/com-o-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>. Acesso em 03 jul. 2023.

GUIMARÃES, Melina Murgel e. **Percepção de alunos de engenharia acerca da implementação da metodologia PBL e desenvolvimento de competências transversais/ Escola de Engenharia de Lorena da Universidade de São Paulo**, 2019.

Hough, Lory. (2022). *Project-based learning is great, but students still have something to learn*. Cambridge. Available from: <https://www.gse.harvard.edu/news/uk/22/01/projectbased-learning-great>

MAIA, Cleiton Machado et al. Reflexão entre aprendizagem convencional e aprendizagem mediada. In: ABED, 2015, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ABED, 2015. Disponível em: [http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD\\_71.pdf](http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_71.pdf). Acesso em: 03 jul. 2023.

MORAES, Jerusa V. de; CASTELLAR, Sonia M. Vanzella. **PBL: uma proposta para o ensino de geografia**. PBL Congresso Internacional, São Paulo, 2010.

MEIRELES, Silvia Mourão; SCHIMIGUEL, Juliano; GOZZI, Marcelo Pupim. **Metodologias ativas na educação matemática**, 2021.

MUNHOZ, Antonio S. **ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

PETROCELLI, Mariana. Conheça o PBL e a aprendizagem baseada em problemas. **Blog MBA USP ESALQ**, Piracicaba, 14 abr. 2023. Disponível em: [https://blog.mbauspesalq.com/2020/07/28/conheca-o-pbl-e-a-aprendizagem-baseada-em-problemas/?gad=1&gclid=CjwKCAjw44mIBhAQEiwAqP3eVIJ0rZzCPWGpNKVs2xe7Zqky4BXRAOBVQ34HvHYn5BGVb-KHP-KXrxoCN6EQAvD\\_BwE](https://blog.mbauspesalq.com/2020/07/28/conheca-o-pbl-e-a-aprendizagem-baseada-em-problemas/?gad=1&gclid=CjwKCAjw44mIBhAQEiwAqP3eVIJ0rZzCPWGpNKVs2xe7Zqky4BXRAOBVQ34HvHYn5BGVb-KHP-KXrxoCN6EQAvD_BwE). Acesso em: 03 jun. 2023.

RIBEIRO, Luis R. de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL) na educação em engenharia**. Revista de ensino de engenharia, 2008.

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **A aprendizagem baseada em problemas (PBL): implementação na educação em engenharia na voz dos atores/ Luis Roberto de Camargo Ribeiro – São Carlos: UFSCar**, 2005.

\_\_\_\_\_, Luis Roberto de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas (PBL):** uma experiência no ensino superior / São Carlos: EdUFSCar, 2008.

RIBEIRO, Victor Rodrigues. **Problem Based Learning (PBL) como proposta para atender ao novo ensino médio/** Victor Rodrigues Ribeiro – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

RINALDI, Carlina. **Diálogos com Reggio Emília:** Escutar, investigar e aprender. Tradução: Vânia Cury. 1.ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado de Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Florianópolis: Secretaria de Educação e do Desporto, 1998

SILVA, Carmen Eliana da. **Estudo da aplicação do Problem Based Learning (PBL) no ensino superior de contabilidade /** Carmen Eliana da Silva. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo-SP, 2015.

SOUZA, Iara Maria Costa; FREITAS, Maria Cecília Martínez Amaro. **A aprendizagem baseada em problemas (PBL) aliada ao ensino de ciências no 5º ano do ensino fundamental I.** UniEvangelica,2020.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Mardcélia Cavalcante Farias<sup>1</sup>  
Thaíse da Silva Santos Oliveira<sup>2</sup>  
Alex Chagas da Rosa<sup>3</sup>  
Sandra Cristina de Sousa Alves<sup>4</sup>  
Jonas dos Santos Lima<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente trabalho científico buscou identificar se as práticas pedagógicas progressistas colaboram e proporcionam a real inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma vez que, possuem uma percepção própria da realidade. Em contrapartida, tais alterações físicas e funcionais a partir do sistema neurológico, não são barreiras impeditivas para uma convivência social. Dentre os subsídios pesquisados, os recursos audiovisuais, comunicação alternativa (PECS - *Picture Exchange Communication System*) e análise aplicada do comportamento (ABA), apresentam-se como estratégias de suma importância, pois atendem às necessidades e limitações dessas crianças e jovens, proporcionando assim, uma maior interação com as atividades educativas propostas. Os resultados preliminares obtidos apontam para a importância de compreender que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) muitas vezes não aprendem como uma criança neuro típica, ou seja, o processo de ensino aprendizagem é diferente, pois existe uma relação entre o cérebro e os sentidos e por esse motivo as informações transmitidas nem sempre geram conhecimento, por isso é importante que o professor tenha um amplo leque de métodos, modelos e sistemas de comunicação à disposição. Desta forma, o papel do Estado a partir do fortalecimento, ampliação, fiscalização e manutenção de políticas públicas como também ações específicas voltadas para as pessoas com TEA e estas devem ser efetivas. Neste cenário o trabalho em tela tem um papel importante

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia - marcdeliacavalcantefarias@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia - thaíse8787@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor Mestre em Educação - prof.alex.chagas@frm.edu.br

<sup>4</sup> Professora Especialista - prof.sandra@frm.edu.br.

<sup>5</sup> Mestre em Educação e Doutorando em Ciências da Educação –ACU. jonaslima183@gmail.com

para a conscientização da sociedade, sobre a melhor maneira de incluir essas crianças na sociedade.

**Palavras-chave:** Aprendizagem, TEA, Inclusão, Práticas pedagógicas.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade identificar se as Práticas Pedagógicas atuais colaboram e proporcionam a inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Autismo vem da palavra “autos” cujo significado é próprio ou de si mesmo, é um transtorno global de desenvolvimento do sistema nervoso que surge ainda na infância, causando manifestações de comportamentos, atrasos no desenvolvimento e *déficits* na comunicação e interação social da criança.

Segundo a *American Psychiatric Association* (2013, p.35);

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é caracterizado por *déficits* persistentes na comunicação social e na interação social, juntamente com padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas podem afetar significativamente o funcionamento diário e o desenvolvimento global da pessoa com TEA (*AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION*, 2013, p.35).

O TEA pode vir acompanhado de outros distúrbios, como hiperatividade, depressão e epilepsia apresentando-se em graus variados, desde os mais leves aos mais

severos. Ainda não se tem uma elucidação das possíveis causas do autismo, por ser multifatorial, ele pode ser provocado por um fator genético, havendo assim inflamações no cérebro, causando então uma inconsistência no sistema desse indivíduo. Apesar de não ter cura, o autismo possui tratamento que ajuda a melhorar a concentração, diminuir os movimentos repetitivos, melhorando a qualidade de vida, não só do autista mais também da sua família.

Conforme definição do Ministério da Saúde:

O transtorno do espectro autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, *déficits* na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades (*BRASIL*, s.d., p.15).

O diagnóstico do autismo muitas vezes começa com o pediatra, que tem papel fundamental na identificação dos primeiros sinais e sintomas. No entanto, é importante ressaltar que outros profissionais, como psiquiatras clínicos e neuropediatras, desempenham papéis complementares e

essenciais nos processos de diagnóstico e planejamento terapêutico.

Assim, o envolvimento de um psiquiatra clínico ou de um neurologista pediátrico complementa o trabalho do pediatra, permitindo uma orientação mais personalizada e especializada para as melhores formas de tratamento, no caso individual de cada paciente.

Para que haja um bom resultado, o tratamento deve ser feito por uma equipe composta de médico, fisioterapeuta, psicoterapeuta, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, que juntos indicarão terapias específicas para cada paciente. Além desses cuidados, também é importante fazer uso de uma alimentação variada e saudável, incluindo frutas e vegetais.

O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoas com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral,

escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade (BRASIL, 2012, p. 57).

O conceito de educação inclusiva parte da necessidade de educar a partir das diferenças. O processo de inclusão e aprendizagem de crianças autistas é um verdadeiro desafio, pois muitas vezes a sociedade, a escola, os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, dificultando assim a interação, desenvolvimento e aprendizagem desses alunos.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de auto funcionamento, com grau baixo de comprometimento (SANTOS, 2008, p.300).

Trabalhar com crianças com autismo é um desafio diário, o profissional da educação terá que perceber as dificuldades, as limitações, os estímulos que mais lhe ajudará a atingir os objetivos desses alunos. Sendo assim: Quais

estratégias deverão ser usadas para inserir essas crianças dentro e fora do ambiente escolar? Quais práticas pedagógicas irão contribuir de maneira significativa para o aprendizado de crianças autistas?

Para Santos (2008) o tratamento específico em crianças com autismo tende a variar de acordo com suas características;

Como o autista pode variar muito na sua capacidade intelectual, assimilação e prática linguística, fases do seu desenvolvimento, idade na época do tratamento, nível de desenvolvimento e personalidade, grau de gravidade do distúrbio, clima e estrutura familiar, além de outros elementos, algum recurso empregado pode ser eficaz para uma criança e nem tanto para outra. (SANTOS, 2008, p. 302)

Conhecer as características de cada aluno é essencial para que, o profissional da educação possa planejar e utilizar as estratégias necessárias, pois crianças autistas aprendem de forma diferente e precisam de intervenção para efetivação do seu aprendizado. Sendo assim, a presente pesquisa objetivou em buscar diferentes práticas pedagógicas que ajudem no processo de ensino- aprendizagem e inclusão de crianças com autismo, respeitando as suas limitações.

## 1. MARCO HISTÓRICO DO AUTISMO

O termo “autismo” foi usado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler (1857-1939) para descrever um grupo de pessoas com sintomas relacionados à pacientes com esquizofrenia.

Conforme Marfinati; Abrao (2014, p.189);

Assim, podemos dizer que o termo autismo foi usado, inicialmente, em 1911, pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, para delinear mais um dos sintomas da esquizofrenia. Contudo, foi só a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o autismo começou a ser tratado como uma patologia diferenciada.

Somente três décadas depois, que o autismo foi desassociado da esquizofrenia e passou a ser tratado como uma crise comportamental. As primeiras conclusões sobre as características do autismo teriam surgido dos estudos do psiquiatra austríaco: Leo Kanner (1894-1981).

Em 1943, Kanner denominou em sua pesquisa características comportamentais bastante específicas, através de um estudo de observação feito em 11 crianças, pôde concluir que algumas delas acompanhavam algumas características em comum: pouco contato visual, interesses restritos, dificuldades de

relacionamento e comprometimento na linguagem. Crianças com autismo apresentam diferentes formas de se comunicar, têm dificuldade em reconhecer emoções e interagir com os colegas, professores e, podem ter interesses e habilidades que devem ser exploradas na aprendizagem.

O transtorno "patognomônico" fundamental é a incapacidade da criança de relacionar-se de modo usual com pessoas e situações desde o início da vida. Existe desde o início, uma extrema solidão autista que, sempre que possível, desconsidera, ignora, exclui tudo o que vem de fora. (KANNER, 1943, p. 242).

Em 1944, o austríaco Hans Asperger (1906-1980), em seu estudo um distúrbio diagnosticado por Psicopatia Autista na infância, relata o distanciamento e as dificuldades em socializar, atraso e dificuldade na linguagem com incidência apenas no sexo masculino. Ambos os pesquisadores, em diferentes momentos, deixaram artigos referentes ao Transtorno de Espectro Autista.

Na década de 1970, a psiquiatra inglesa Lorna Wing (1928-2014), teria apontado o autismo como um espectro de diferentes níveis de condições, devendo ser analisado de acordo as necessidades de cada

indivíduo, tendo como base a chamada "tríade sintomática do autismo, a partir da interação e compreensão social, na comunicação e imaginação e nos interesses e comportamentos restritos" (PONCE; ABRAO, 2019, p.345).

Um momento muito importante na história do autismo está relacionado aos estudos de Michael Rutter (1978), um psicólogo de origem britânica que constatou o autismo em quatro critérios; comportamentos incomuns, atrasos cognitivos e desvios sociais, problemas de comunicação apresentados aos 30 meses de idade.

Em 1980, o autismo foi reconhecido pela primeira vez na terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), sendo colocado em uma nova classe de transtornos invasivos de desenvolvimento (TIDs).

Russo; Venâncio (2016, p.470);

O DSM III foi proclamado um manual a-teórico, baseado em princípios de testabilidade e verificação a partir dos quais cada transtorno é identificado por critérios acessíveis à observação e mensuração empíricos. Fundamenta-se numa crítica ao modo anterior de classificação baseado em uma pretensa etiologia dos transtornos mentais, ou seja, em processos subjacentes, inferidos pelo clínico, e não



passíveis de uma observação empírica rigorosa.

Em 1994, foi lançado o mais novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais através da *American Psychiatric Association* (APA), o DSM-IV, onde foram publicados mais de 250 transtornos mentais, inclusive os chamados: Transtornos Globais do Desenvolvimento.

Segundo, Schmidt (2010, p. 209);

Os Transtornos Globais do Desenvolvimento é uma categoria diagnóstica que inclui um grupo de outros transtornos caracterizados no DSM-IV. Esses outros transtornos estão incluídos nos TGDs porque todos apresentam sintomas em comum, ou seja, o prejuízo severo e invasivo em diversas habilidades de interação social recíproca, nas habilidades de comunicação e a presença de comportamento, interesses e atividades estereotipados. Essas três características é que caracterizam os TGDs.

Em 2007, foi proclamado pela ONU o dia mundial de conscientização sobre o autismo, com o objetivo de criar diálogos entre familiares, profissionais de saúde e toda a população, para se pensar sobre o acolhimento e todas as questões que envolvem pessoas com autismo. De acordo com Tamanaha; Perissinoto (2021, p.96);

[...] a Síndrome passou a ser conhecida como Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) a partir de 2013, com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5. Apesar desta mudança de classificação, a expressão “Síndrome de Asperger” ainda é usada em alguns países.

Posteriormente, ocorreram mudanças significativas no que tange a terminologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA), tais como, o Autismo Infantil Precoce, Autismo Infantil, Autismo de Kanner, além do Autismo de Alto Funcionamento (AAF), assim como a Síndrome de Asperger (SA), Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), quadros clínicos com características marcantes de desordem do desenvolvimento no sistema neurológico, presentes desde o nascimento ou da infância.

Neste contexto, a comunicação social e as habilidades sociais apresentam contornos diferenciados, sendo necessária uma ampla rede de cuidados e ações multidisciplinares que englobam também o processo pedagógico.

## **2. IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA CRIANÇAS COM TEA**

As práticas pedagógicas têm como principal objetivo estimular a aprendizagem dos alunos, levando em consideração o contexto social, cultural, as necessidades individuais e a etapa de escolaridade em que esses alunos estão inseridos (GROSSI, 2017).

Na perspectiva de Franco (2016, p.520);

As práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo.

Por meio de abordagens diferenciadas e adequadas, os/as docentes podem promover um ambiente de ensino inclusivo que facilite o desenvolvimento acadêmico e socioemocional de todos os alunos, incluindo até alunos com autismo. Para que a criança aprenda, o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem não depende apenas do seu interesse, mas de todo o sistema educacional que deve reconhecer e atender as necessidades de todos os estudantes, numa perspectiva inclusiva.

De forma objetiva, Aranha (2004, p.78) define o papel da inclusão escolar

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

Um exemplo interessante das práticas educativas inclusiva traz-nos os alunos com Transtorno do Espectro Autista, onde os mesmos não conseguem acompanhar as aulas de forma convencional, sendo assim, se faz necessário uma adaptação nas metodologias, nas dinâmicas e técnicas adaptadas a todos os estágios, levando em conta suas especificidades, pois nenhum autista é igual, sendo assim deve-se considerar que:

No ensino do aluno com Transtorno do Espectro Autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social construtivistas da escola, entretanto, o ensino não precisa estar centrado nas funções formais e nos limites preestabelecidos pelo currículo escolar. Afinal a escola necessita se relacionar com a realidade do educando. Nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno. (CUNHA, 2015, p. 49)

É preciso se ter um olhar diferenciado no modo de ensinar, verificando a necessidade de um modelo de ensino que esteja além do ambiente escolar, proporcionando atividades em que o aluno do espectro autista aprenda junto com os seus colegas, a partir de uma troca de experiências e conhecimentos.

Essa prática pedagógica contribui de maneira positiva para a inclusão do aluno com TEA. As atividades lúdicas, os recursos tecnológicos se utilizados corretamente podem oferecer suporte e melhor desempenho nas aulas, pois de acordo com Bersche (2006, p.89):

(...) buscar com criatividade, uma alternativa, para que o aluno realiza o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É

valorizar o seu jeito de fazer aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de matérias escolares e pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É prover meios para que o aluno possa desafiar-se a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ato.

É verdade que muitos docentes podem não estar preparados para aceitar alunos com autismo em sala de aula. A falta de pesquisa de conhecimentos específicos e o não planejamento das distinções de classes podem prejudicar o desenvolvimento e a aprendizagem dessas crianças. “Capacitar os professores e as escolas a trabalhar com um currículo que responda a estas exigências é, pois, o grande desafio que se coloca à própria escola e aos serviços de apoio” (MORGADO, 2008, p.230 *apud* CORREIA, 1999,).

Destarte, é de suma importância que os/as docentes iniciem uma comunicação aberta com os pais, mães e/ou demais responsáveis, para bom entendimento sobre o comportamento das crianças em casa, seus

hábitos e necessidades individuais. Isso lhes permitirá desenvolver atividades educativas interessantes e relevantes, levando em consideração que cada aluno é único e tem sua própria forma de aprender e apreender.

É importante frisar que, tais interações, professor-aluno, podem variar dependendo da formação pessoal, experiência e dedicação de cada docente. “O caminho das práticas pedagógicas inovadoras e não excludentes não é o de focar nas inabilidades, nos déficits, naquilo que os alunos não sabem fazer, tampouco direcionar a expressão do ser” Orrú (2016, p.127).

No entanto, reconhecer a importância de uma preparação e diálogo adequados entre educadores e pais é um passo fundamental para promover um ambiente que apoie o crescimento e a inclusão de todos os alunos, incluindo os alunos com autismo. Cagliari (1999, p.37) defende que:

Aprender é um ato individual: cada um aprende segundo seu próprio metabolismo intelectual. A aprendizagem não se processa paralelamente ao ensino. O que é importante para quem ensina, pode não parecer tão importante para quem aprende. A ordem da aprendizagem é criada pelo indivíduo, de acordo com a sua história de vida e, raramente,

acompanha passo a passo a ordem do ensino.

A criança com autismo possui muita dificuldade na aprendizagem, principalmente no período da alfabetização. Precisa-se de um acompanhamento mais cauteloso nos primeiros meses, para que haja um bom processo de adaptação. A coordenação motora precisa ser bastante estimulada, pois, a maioria utiliza os livros, brinquedos e o que estiver disponível para jogar nas outras crianças. Para se aplicar a inclusão das crianças com TEA é necessária uma luta constante, pois isso está ligado as mudanças de atitudes, respeito, amor ao próximo e solidariedade. Praça (2011, p.54) afirma que:

Através da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas é possível desenvolver na cultura escolar o respeito às diferenças e consequentemente contribuir para diminuir ou eliminar o preconceito, que uma das razões para se praticar a exclusão tanto na escola quanto na sociedade.

O processo de inclusão de crianças com TEA deve ir além de sua presença na sala de aula; acima de tudo, deve visar o aprendizado o desenvolvimento de habilidades e oportunidades e a superação de dificuldades. A educação é uma das

maiores ferramentas para o desenvolvimento de crianças com autismo.

### 3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As metodologias de ensino para crianças autistas são estudadas e elaboradas através de pesquisas científicas realizadas com foco na qualidade dos processos inclusivos.

O objetivo principal dessa metodologia é ensinar comportamentos e habilidades aos indivíduos com dificuldades para que eles se tornem independentes e inseridos na comunidade. Para que isso seja possível, os profissionais utilizam técnicas para o desenvolvimento da comunicação, das habilidades sociais, de brincadeira, acadêmicas e de autocuidados (FIGUEIREDO, 2014, p.48).

É de suma importância entender essas metodologias para que haja uma prática efetiva, afetiva que inclua qualitativamente as crianças autistas, desta forma é importante que os profissionais da Educação devam conhecer e estudar a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). As estratégias de maior eficácia da atualidade para as crianças com TEA são aquelas entrelaçadas por uma prática afetiva.

#### • **Terapia ABA - *Applied Behavior or Analysis***

*ABA- Applied Behavior or Analysis*, é uma terapia da aprendizagem, que promove o ensino de novas habilidades, ajudando a amenizar os comportamentos de agressão e autoagressão das pessoas com TEA, melhorando seu desenvolvimento. A Associação para a Ciência do Tratamento do Autismo nos Estados Unidos, afirma que a terapia ABA é o único tratamento que possui evidência científica suficiente para ser considerado eficaz na aprendizagem sem erros. Os primeiros estudos envolvendo a terapia ABA foram realizados no ano de 1960.

Segundo Smith et al., 2016, p.215;

"A terapia ABA (Análise do Comportamento Aplicada) é uma abordagem baseada em evidências que tem sido amplamente utilizada no tratamento de transtornos do espectro do autismo. A terapia ABA enfatiza a aplicação de princípios comportamentais para ensinar novas habilidades e reduzir comportamentos problemáticos. Estudos têm mostrado que a terapia ABA pode ser eficaz na promoção de habilidades sociais, de comunicação e de autonomia, além de reduzir comportamentos desafiadores em indivíduos com autismo. No entanto, é importante ressaltar que a terapia ABA deve ser aplicada de forma individualizada e com base nas

necessidades específicas de cada pessoa, levando em consideração seus interesses, preferências e contextos sociais".

Em 1987, o Psicólogo clínico Ivar Lovaas publicou um novo estudo que apontava os benefícios com o uso do tratamento ABA em pessoas diagnosticadas com autismo. O uso da Análise Comportamental Aplicada voltada para o Transtorno do Espectro Autista baseia-se em alguns passos:

- Focar no ensino das habilidades relevantes
- Focar que essas habilidades sejam postas em prática no mundo real, além do paciente, indo além do contexto clínico
- Garantir sucesso
- Fazer com que o aluno seja capaz de responder por conta própria
- Diminuir a frustração e aumentar a motivação

A terapia ABA envolve o ensino das habilidades necessárias para que a criança autista possa adquirir independência e melhor qualidade de vida. O tratamento do autismo por meio do ABA pode ser feito por: Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta ocupacional, Pedagogos, Fisioterapeuta e Educador Físico.

### • **Terapia TEACCH**

É uma sigla para Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Limitações. Está relacionado à comunicação, fundamentando-se em pressupostos da Psicologia linguística, trabalhando com a linguagem expressiva e receptiva.

Segundo Penerai et al., 2013, p.153:

"O modelo TEACCH é amplamente utilizado como abordagem terapêutica para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, enfocando a organização do ambiente, estruturação de tarefas, rotinas e o uso de apoios visuais. Estudos demonstraram benefícios significativos na redução de comportamentos problemáticos e no desenvolvimento de habilidades adaptativas".

Dessa forma percebe-se que o foco desse modelo está na promoção do aprendizado a partir da valorização das capacidades cognitivas de cada indivíduo. Além disso, ele se baseia na adaptação dos ambientes, facilitando os novos aprendizados nas mais diversas ocasiões como escola, casa, trabalho e outros.

### • **PROMPT**

Nesta técnica é possível citar o processo de alfabetização e letramento

através da aquisição da fala. O professor mediador dessa técnica poderá ajudar a aluno autista desde a chegada na sala de aula até em casa. Essa técnica ajuda bastante no desenvolvimento dos conteúdos propostos fazendo com que o aluno autista adquira conhecimento e possa fazer uso deles de maneira independente.

O Prompt faz parte da técnica comportamental e tem o objetivo de ajudar a criança a emitir as respostas corretas. A ajuda deve ser dada de acordo como o nível de dependência que a criança apresenta. Ela pode ser oferecida imediatamente após a instrução, durante a resposta incorreta. (FIGUEIREDO, 2014 p. 55).

Conforme observado, o método Prompt vai além de ser um corretor de fala, pois, engloba também o ato de comunicar dentro de um conjunto sensorial, cognitivo e emocional.

- **PECS (Picture Exchange Communication System)**

Essa é uma das estratégias utilizada para intervir a comunicação entre uma criança autista e um adulto, utilizando a troca de figurinhas e pode fazer muita diferença em sala de aula. É um método muito importante, porque estimula interação fornecendo um meio de aprender várias habilidades.

Charlop-Christy *et.all.*  
(2002, p.220);

O PECS (*Picture Exchange Communication System*) é um sistema de comunicação alternativa baseado em imagens que tem se mostrado eficaz para promover a comunicação em crianças com dificuldades na fala e na linguagem. O uso do PECS tem sido associado a melhorias na expressão de necessidades e desejos, no desenvolvimento da linguagem receptiva e na interação social.

O sistema PECS concebido pela *Pyramid Educational Consultants, Inc* (1986) é um dos modelos de interação sem o uso da fala, o que permite uma interação independente e direta para autistas não verbais, pois, a comunicação flui pelas imagens.

- **PLAY KIDS**

Práticas pedagógicas utilizadas para o melhor desenvolvimento do sujeito autista em sala de aula com intenção de propor atividades que estimulem o pensamento lógico; privilegiar vínculos afetivos; utilizar linguagem objetiva; explorar o cotidiano, utilizar o concreto e o lúdico; propor atividades baseadas no interesse do aluno. Ensinar crianças com autismo muitas vezes, pode ser um desafio no processo de

aprendizagem de todos os alunos, com suas diferentes necessidades.

Essa modalidade é referenciada por Nascimento (2019, p.18) em seu artigo sobre a interatividade a favor do conhecimento:

Na área acadêmica, estas tecnologias, protagonizadas pelas redes sociais e aplicativos, surgem como uma alternativa a mais no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, os jogos são uma maneira lúdica e acessível para obter conhecimento.

As crianças e jovens dentro do espectro autista possuem uma percepção própria da realidade, em contrapartida, tais alterações físicas e funcionais a partir do sistema neurológico, não são barreiras impeditivas diante de uma convivência social em grupo, ou seja, com acompanhamento especializado integrado à políticas públicas inclusivas, esse público pode viver e conviver tranquilamente em comunidade, neste quesito as tecnologias podem ser aliadas neste processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao que foi descrito no presente artigo científico, é possível observar a importância de um planejamento diferenciado para alcançar a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças autistas.

Embora não seja uma tarefa fácil, pois, requer muita dedicação e trabalho especializado, por isso se faz necessário a presença de professores capacitados para que procurem atender e dar uma melhor assistência aos seus alunos com TEA.

A partir do que foi pesquisado, trouxemos a definição do autismo, a importância do acolhimento e a preparação dos profissionais que irão receber essas crianças. Ficou evidente o quanto as práticas pedagógicas diferenciadas auxiliam e ajudam no desenvolvimento, comportamento e habilidades de crianças com autismo.

Para garantir uma melhor assistência, é preciso que os professores sejam capacitados, participando de formações continuadas para que a qualidade de ensino seja lapidada de acordo com suas necessidades. Primordial destacar que a família precisa andar de mãos dadas com a escola, sendo, uma família participativa, tanto nos projetos, quanto nas ações que a escola realize.

Outro papel imprescindível é o do Estado, a partir do fortalecimento, ampliação, fiscalização e manutenção de políticas públicas, como também ações específicas voltadas para às pessoas com TEA. E que estas devem ser efetivas, pois, a Carta Magna (1988) traz em seu artigo



208, inciso III, as garantias para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para esse público, ratificado pelo artigo 54, inciso III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) através na Lei nº 8.069, 1990, como também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394, 1996. Além da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008); Lei do Autismo" - Lei nº 12.764, 2012; e o Decreto nº 8.368/2014 sobre a garantia de vagas nas escolas públicas para autistas; por fim Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) um documento de suma importância na garantia dos direitos dos deficientes, como os autistas, em acordo com Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, aprovado em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da ONU.

Entendemos pois, que a nossa pesquisa tem um papel importante para a conscientização da sociedade, sobre a melhor maneira de incluir essas crianças em sala de aula, considerando que é fundamental, se repensar o papel da escola pública e também particular, da família e demais responsáveis para o melhor desenvolvimento das aprendizagens significativas em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio (org). **Educação inclusiva: a escola** - v. 3; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2013). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (5th ed.)**. Washington, DC: American Psychiatric Publishing.

BERSCHE, Rita. Tecnologia assistiva e educação e educação inclusiva. In: **Ensaio Pedagógicos**. Brasília: MEC/SEEP, 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado: Definição** - Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança. Brasília, s.d.. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CAGLIARI, Luiz Carlos. O ensino e a aprendizagem: os dois métodos. *In: Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu*. São Paulo. Scipione, 1999.

CHARLOP-CHRISTY, M. H.; CARPENTER, M. ; Le, L. ; LEBLANC, L. A. & Kellet, K. (2002). **Using the picture exchange communication system (PECS) with children with autism: assessment of PECS acquisition, speech, social-communicative behavior, and problem behavior**. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 35(3), 213-231.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de Aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DONADIO, Denise Miranda de Oliveira. **O uso do método PROMPT no tratamento de crianças com transtorno do espectro autista**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Reabilitação) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

FIGUEIREDO, Carolina Salviano de. **Um estudo sobre programas de intervenção precoce e o engajamento dos pais como**

**coterapeutas de crianças autistas**. 2014.91f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

FRANCO, M. A. R. S. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.97, n 247, p. 534-551, set/dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf>. Acesso 02 mai. 2023.

GROSSI, E.P. **Práticas Pedagógicas Inclusivas e o Desafio da Formação de Professores**. *Rev. Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 23, n.3, 219-234. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/>. Acesso em 02 mai. 2023.

KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, 1943, p. 217-250. Disponível em: <<https://bpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.uoregon.edu/dist/d>

/16656/files/2018/11/Kanner-Autistic-

Disturbances-of-Affective-Contact-1943-

vooiwn.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo.** *Estilos clin.* [online]. 2014, vol.19, n.2, pp. 244-262. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282014000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282014000200002). Acesso em: 04 jun, 2023.

MORGADO, José Carlos. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares.** Porto: Porto Editora, 2008.

NASCIMENTO, Caroline de Oliveira (2019). **Os melhores jogos de médicos: interatividade a favor do conhecimento.** Disponível em: <https://www.sanarmed.com/5-jogos-para-medicosinteratividade-a-favor-do-conhecimento>. Acesso 16 de junho de 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo: aprendizagens por eixos de interesse em espaços não excludentes.** São Paulo: Editora Vozes, 2016.

PANERAI, S., Ferrante, L., & Zingale, M. (2013). **Benefits of the Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children (TEACCH) programme as compared with a non-specific approach.** *Journal of Intellectual Disability Research*, 57(2), 152-165.

PIMENTA, Paula. As políticas públicas para o autismo no Brasil, Sob a ótica da psicanálise. **Psicol. rev..** Belo Horizonte , v. 25, n. 3, p. 1248-1262, dez. 2019. Disponível

em> [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167711682019000300019&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167711682019000300019&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 14 jun. 2023.

PONCE, Joice Otávio; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 24, n. 2, p. 342-357, ago. 2019 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141571282019000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282019000200014&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 jun. 2023.

RUSSO, Jane; VENÂNCIO, Ana Teresa A.. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. **Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 9, n.3, 460–483, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47142006003007>. Acesso em 02 jun. 2023.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: Um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SCHMIDT, Carlo et al. **Transtornos globais do desenvolvimento**. 1. ed. Santa Maria: UFSM, NTE, UAB, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/18316>. Acesso em: 25 mai. 2023.

SMITH, T., KLORMAN, R., & MRUZEK, D. W. (2016). Predicting outcome of communitybased early intensive behavioral intervention for children with autism.

**Journal of Abnormal Child Psychology**, 44(3), 535-546.

SCHREIBMAN L, STAHLER AC. **A randomized trial comparison of the effects of verbal and pictorial naturalistic communication strategies on spoken language for young children with autism.** **J Autism Dev Disord.** 2014;44(5):1244-51. <http://dx.doi.org/10.1007/s10803-013-1972-y> PMID:24272416. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10803-013-1972-y>> Acesso em: 31 Mai. 2023.

TAMANAH, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy. Síndrome de Asperger, conhecer para compreender. **Departamento de Saúde Coletiva da Unifesp**, São Paulo, 18 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://sp.unifesp.br/epe/desc/noticias/sindrome-de-asperger-conhecerpara-compreender>>. Acesso em: 10 jun. 2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA

Ana Luiza de Almeida Oliveira<sup>1</sup>  
Laura Cecília da Rocha Santos<sup>2</sup>  
Maria Lúcia Pereira Silva Lima<sup>3</sup>  
Gleide Selma dos Santos Lima<sup>4</sup>  
Jonas dos Santos Lima<sup>5</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar os Desafios no processo de Ensino Aprendizagem, para inclusão do aluno Autista. Dessa forma, o objetivo deste artigo é mostrar a importância da inclusão dos alunos com TEA; onde encontrar aspecto legal para a aquisição dos direitos das autistas formas que a escola precisa para trabalhar respeitando as diferenças. No percurso do trabalho encontra-se os conceitos de autismo, leis que regulamentam a aquisição dos seus direitos e desafios enfrentados na sala de aula para promover a educação inclusiva. Pensando nas inúmeras características que assustam o desenvolvimento na Educação Inclusiva, no estudo da criança que possui o transtorno do Espectro Autista (TEA), esse estudo buscou o entendimento da temática no intuito de ficar a par de tudo que pode ser feito para atuar de forma significativa. Atualmente, a Educação Inclusiva tem sido um grande desafio para os profissionais da Educação devido os alunos autistas que são matriculados na escola, o docente não tem conhecimento das estratégias para trabalhar no ambiente escolar, estando em sua maioria despreparados para realização de atividades e sem ajuda de uma professora auxiliar especializada que é um recurso humano importante assegurado pelos meios legais para acompanhar os discentes em sala de aula.

**Palavras-chave:** Autismo, Aprendizagem, Educação Inclusiva e Desafios.

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia analuizaoliveira02@outlook.com

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia laurace919@gmail.com

<sup>3</sup> Especialista e Mestranda - luciapereira.naty@hotmail.com

<sup>4</sup> Especialista e Mestranda - fgleidemunicipio1@gmail.com

<sup>5</sup> Mestre em Educação e Doutorando – jonaslima183@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a partir da nova forma de tratamento exigido para as pessoas com deficiência no ambiente escolar, o processo de inclusão de alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) nas escolas já é bem significativo, pois muitas instituições vêm buscando cada vez mais se adequar a essa realidade. Tudo isso com o amparo das leis que regem esse público. Desde 2012, a legislação brasileira reconhece a pessoa com autismo como deficiente e, portanto, ela tem assegurada todas as políticas de inclusão do Brasil.

Sendo assim, este artigo pretende provocar uma discussão e reflexão sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA), e os desafios pedagógicos para inserir o aluno autista no ensino regular. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de compreender as formas que permitam o desenvolvimento do aluno autista na escola e na sociedade. Já que a escola é para todos e apresenta-se como um espaço para os alunos vivenciarem suas experiências dentro dos seus limites e conquistar habilidades sociais e cognitivas.

A temática desse estudo surgiu diante das experiências vivenciadas com o tema no Estágio Supervisionado em que foi possível acompanhar os desafios de alunos autistas em sala de aula. Isso despertou o

interesse para obter um conhecimento mais profundo sobre o Transtorno do Espectro Autista e seus desafios enfrentados. Sabe-se que a falta de preparação dos professores para receber esses alunos e saber lidar com tal situação poderá se configurar como um grande desafio.

A metodologia dessa pesquisa teve como base quanto à finalidade, pesquisa básica ou fundamental, “*Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais*” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Quanto a natureza, pesquisa observacional, em relação a forma de abordagem, pesquisa qualitativa descritiva, já no que diz respeito aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se constitui como bibliográfica. “*A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites*” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Também foi realizada em documentos e as legislações vigentes das pessoas com deficiência, mas especificamente para os autistas.

Para embasamento teórico foram utilizadas as ideias de autores que discutem o tema e falam sobre pontos que estão presentes no trabalho e que precisam de

compreensão a partir de alguém que já tem um conhecimento mais profundo. Dentre estes foram citados no artigo:

CAPELLINI (2001), MONTOAN, (2015), SILVA, (2021), BENUTE (2020), RUSSO, (2019), TOLEDO (2017), SILVA; GAIATO; REVELES (2012).

Também foi buscado embasamento nas leis e documentos que regem as pessoas com deficiência e dentro desse público os autistas. Declaração de Salamanca (1984), a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. (2012), Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.9.394(1996) , Lei 13. 146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Constituição(1.988) e o Manual dos Direitos Pessoa com Autismo (2021).

## 1 AUTISMO

### 1.1 CONCEITO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta de forma persistente a comunicação e a interação social do indivíduo, associado a padrões restritos e repetitivos de comportamento,

interesses ou de atividades. Sendo uma síndrome comportamental com etiologias diferentes.

Sobre os tipos, tem-se que: “Os diferentes tipos de autismo: transtorno autista, síndrome de Asperger, transtorno invasivo do desenvolvimento e transtorno desintegrativo da infância são denominados Transtornos do Espectro Autista (TEA)” (GADIA, 2021).

Nos dias atuais, vive-se uma época em que todos os ambientes devem trabalhar a inclusão, principalmente no ambiente escolar, pois é no mesmo que o indivíduo é preparado para viver em sociedade. A inclusão é muito mais que o inserir, é mais do que o simples fato de matricular na escola.

A inclusão para realmente fazer jus a palavra dita, precisa acompanhar uma preparação tanto do próprio professor quanto da escola, que é de grande importância para o desenvolvimento da criança, pois não é o indivíduo autista como aqui é estudado que deve adaptar-se ao ambiente, mas sim o ambiente que deve ser adaptado e receber a educação inclusiva, leis que determinam esta afirmação.

A importância do tema abordado deu-se por razão do entendimento do processo da inclusão do aluno autista, os desafios enfrentados em sala de aula e suas contribuições, o ensino inclusivo é um

direito conquistado e é dever de toda sociedade aceitar e respeitar as diferenças. Objetivouse analisar a realidade escolar para continuar o teórico. A história do autismo apresenta grandes evoluções desde seu conceito até as formas que o mesmo pode manifestar-se em diferentes indivíduos chegando a ser confundido com outros transtornos.

O termo “Autismo” foi nomeado por psiquiatra Leo Kanner tendo como base terminologia concebida por seu colega suíço Eugene Bleuber em 1911. Foi a partir dos estudos e pesquisas de Kanner que obteve a primeira definição do autismo. A palavra vem do grego “Autos” que significa “próprio”, alguém retraído a si mesmo.

## 2.2 CLASSIFICAÇÃO DO AUTISMO

No que se refere a classificação do autismo incluído nas deficiências, o CID do Direito Brasileiro utiliza o CID10 e o CIF destacam códigos para identificar os tipos que são representados da seguinte forma:

F84.0 - Autismo Infantil

F84.1- Autismo Atípico

F84.2 - Síndrome de Rett

F84.3 - Outro transtorno desintegrativo da infância

F84.4 - Transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados

F84.5 - Síndrome de Asperger

F84.8 - Outros Transtornos globais do desenvolvimento

F84.9 - Transtornos globais do desenvolvimento não-especificados (OMS,2018).

## 1.3 DIAGNÓSTICO PRECOCE

O Autismo é definido como um transtorno complexo do desenvolvimento, do ponto de vista comportamental, de etiologias múltiplas, combinando fatores genéticos e ambientais, que se manifestam em graus de gravidade variados. O TEA está dividido em 3 níveis: leve, moderado e grave. Com o tratamento é possível migrar entre os níveis, sendo assim, podendo levar um tipo de tratamento mais elevado de acordo com a gravidade do transtorno.

O diagnóstico está prescrito na lei que ampara os autistas:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo (BRASIL, 2012).

Esse diagnóstico é baseado em observações, comportamentos e deve ser feito por um médico especialista. Podendo também verificar o comportamento da criança no espaço escolar, casa antes de passar por um profissional. Alguns sinais



precoces do autismo podem ser identificados:

1. Dificuldade de contato visual - A criança não olha quando é chamada pelo nome ou não sustenta o olhar.
2. Dificuldade de interação- É comum que o autista tenha dificuldade de entender outras pessoas, como expressões faciais ou linguagem corporal. Também não gostam de compartilhar objetos e preferem brincar sozinhos.
3. Não imitam- Crianças que estão no espectro costumam ter grande dificuldade em imitar.
4. Não atendem quando são chamadas - A criança com autismo normalmente não responde quando é chamado pelo nome.
5. Não compartilham atenção- Essa atenção pode ocorrer por meio do olhar, gestos ou quando alguém aponta ou indica algo, além de palavras.
6. Dificuldade de transições - Os autistas têm dificuldade de mudar de atividades.
7. Dificuldade de controle motor - Muitas crianças com autismo apresentam dificuldades na coordenação motora.
08. Atraso na fala- Alguns autistas apresentam problemas de fala ou atraso de linguagem.
09. Dificuldades na comunicação não verbal - Os autistas apresentam dificuldades na compreensão de pistas sociais que são importantes para a comunicação.
10. Apego a objetos - Crianças com autismo, muitas vezes, tendem a

brincar da mesma forma ou com o mesmo objeto (RUSSO, 2019).

É preciso compreender que cada criança apresenta sinais diferentes, outros contínuos, podendo apresentar movimentos estereotipados e repetitivos, tais como ficar correndo de um lado para outro sem objetivo, ficar deitado no chão constantemente, gostar de desenhar com frequência figuras que parecem monstros.

É importante compreender que o tratamento do autismo deve ser feito de forma sistemática logo nos primeiros anos de vida devido à capacidade do cérebro de receber novas informações com maior facilidade nesta fase da vida. Cada criança autista precisa de um tratamento constante para o bom prognóstico e para minimizar as consequências deste transtorno na vida do indivíduo.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O Processo de aprendizado é diferente para cada pessoa e o desenvolvimento de métodos para que a educação seja acessível a todos é fundamental. É uma prática educacional que busca acolher as crianças com autismo, neurotípicas e neuroatípicas que possuem dificuldade na alfabetização, atingindo o desenvolvimento intelectual. A educação

inclusiva para pessoas com autismo exige que cada estudante tenha suas peculiaridades atendidas de acordo com suas características individuais.

Os alunos precisam de um apoio constante durante as aulas, além do docente regente, é necessário material didático adaptado, aulas planejadas para envolver a todos e um professor especializado em educação inclusiva que auxilie o discente no processo de ensino e aprendizagem. Esse acompanhamento é garantido por lei ao sujeito com autismo e pode ser solicitado através dos familiares na escola que a matrícula for efetivada.

Uma das implicações educacionais orientadas a partir da Declaração de Salamanca refere-se à inclusão na educação. Segundo o documento, “o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (MENEZES, 2021, p. 2).

Diante disso, para acolher esse público e promover a inclusão com equidade na educação, é necessário investir em infraestrutura física e de pessoal para atender as necessidades de cada estudante. Portanto, a escola deve ter uma rede de apoio que envolva profissionais da área de saúde, além de disponibilizar acompanhantes para atividade de vida diária e apoio pedagógico, de acordo com a professora.

Toda criança é única, portanto, o processo de aprendizagem também é singular. Cada uma aprende no seu tempo, porém quando o material é acessível e adaptado, e com uma equipe de docentes que oferecem o apoio constante, o processo de desenvolvimento da escrita, fala e aprendizagem torna-se muito mais linear. Quando se fala em dificuldade na jornada de alfabetização, pode-se relacionar a um dos principais desafios enfrentados pelas crianças autistas, isso por conta da dificuldade de socialização com o círculo educacional que as cercam. Por isso, é muito importante fazer com que a criança com TEA sinta que pertence ao ambiente escolar.

### **3 LEIS QUE REGEM OS AUTISTAS**

A legislação brasileira destaca alguns direitos para as pessoas com autismo presentes na lei nº 12.764/2012 que institui

a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, concedendo, às pessoas com autismo todos os direitos destinados às pessoas com deficiência.

Esses direitos incluem aspectos como, educação profissionalizante e ainda o direito à inserção no mercado de trabalho e atendimento prioritário. Outra legalidade aconteceu em 2015, com a criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que também é conhecida pela sigla LBI (Lei número 13.146/2015).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015).

Muito importante esse artigo da lei, porém, sabemos que nem sempre isso é cumprido, para essa educação de qualidade precisa que todos façam sua parte, quando

um desses segmentos deixa de cumprir a sua parte, ela não se torna inclusiva para os deficientes, especificamente para os autistas. O artigo 28 dessa mesma lei também traz importantes determinações:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015).

Então, o poder público pode até assegurar e criar, mas o desenvolvimento, a

implementação, o acompanhemos e avaliação são falhos. Por isso, não funciona de forma que cumpra os verdadeiros objetivos da inclusão na educação.

A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seu Artigo 4º, no inciso III, diz que, a inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais sempre que possível deve ser na escola de ensino regular e ainda de forma gratuita (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o autismo que está dentro do quadro de deficiência não pode ser visto e tratado de outra forma. Considerando que a escola deva saber como trabalhar tendo conhecimento de dessas informações oferecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 1996).

### 3.1 DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO

Os direitos garantidos às pessoas com Transtorno de Espectro do Autismo (TEA), seja na área da educação, da saúde, ou até mesmo da assistência social são vários. No entanto, ainda assim, o maior problema enfrentado, atualmente, é a falta de conhecimento sobre as leis que regulamentam os benefícios por parte da família. Sendo assim, no início dessa seção, destacam-se, os principais direitos do autista de modo simples e objetivo, explicando

detalhadamente o propósito de cada um e como é possível efetivá-los no dia a dia. A Lei nº 12.764/2012, preconiza que:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, descreve-se a seguir esses e outros principais direitos com base em legislação que amparam as pessoas autistas na busca dos seus direitos, entre eles o direito de inclusão no ensino regular e o cumprimento de estratégias que possam efetivar sua aprendizagem.

### 3.2 DIREITO A EDUCAÇÃO

Um direito fundamental para a formação pessoal e profissional de indivíduos típicos ou atípicos é o direito a educação. Por este motivo, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido publicamente como a Lei Brasileira de Inclusão Social (LBI) – Lei n. 13.146/2015, proibiu a recusa de matrícula do sujeito autista na rede de ensino pública ou privada, principalmente, quando a rejeição ocorrer

devido aos déficits neurológicos apresentados pelo aluno ou pelo suposto trabalho que será exigido dos professores para seu aprendizado e socialização dentro da classe.

Para tanto, o autista tem direito de ser devidamente acompanhado no ambiente escolar por um mediador que seguirá rigorosamente o Plano de Ensino Individualizado (PEI), em outras palavras, um projeto estratégico que considera as necessidades e as habilidades pessoais do aluno, com o objetivo de facilitar a evolução no aprendizado e na socialização (MOURA, 2022, p. 3).

Então, impedir o acesso à educação para pessoas com TEA retrata um cenário de discriminação social que pode resultar na punição administrativa do gestor da escola ou da autoridade competente, com a finalidade de reforçar o dever da Instituição de Ensino em respeitar os direitos desse aluno.

### 3.3 DIREITO A SAÚDE

Este é também um benefício fundamental à pessoa autista, representado pela necessidade de atendimento médico inclusivo, integral, para o acompanhamento e, conseqüentemente, promover, manter e desenvolver as habilidades importantes para esse transtorno. “Assim, sabe-se que os

planos de saúde possuem a obrigação de enfrentar o início do tratamento prescrito pelo médico, independente da complexidade, do custo e, especialmente, da previsão no rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS)”. (MOURA, 2022, p. 3).

Além disso, a Lei nº 7.853 garante o tratamento adequado em estabelecimentos de saúde públicos e privados específicos para a condição apresentada, estabelecendo regras que asseguram o a conquista dos direitos das pessoas com deficiências, em que os autistas estão incluídos.

Dessa forma, é ilegal tanto a recusa administrativa das operadoras para realização das terapias quanto a limitação de duração das suas sessões, pois qualquer que seja a intervenção médica deverá ser cumprida. Caso ocorra a sonegação desse direito é necessário que a família ou responsáveis façam reclamação administrativa nos órgãos competentes ou até mesmo uma Ação Judicial.

#### 3.1.1 Direito a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)

Esse direito pode ser alcançado pela Lei Romeo Mion – Lei n. 13.977/2020, que alterou o texto da Lei Berenice Piana – Lei n. 12.764/2012, conhecida também como Lei do Autista.

Art. 3º A - criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2012).

Essa carteira também pode auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os autistas, já que os agentes responsáveis contabilizam o número de autistas registrados e analisam as medidas que podem ser adotadas para sanar as necessidades, daí também a importância de obter esse documento.

### 3.1.2 Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Esse benefício garante o recebimento de um salário mínimo por mês aos autistas que vivem em condições de pobreza. De acordo com as leis, o BPC não é uma espécie de aposentadoria, porque não depende de contribuições que a pessoa tenha feito para o sistema de INSS, por isso, a pessoa não recebe 13º salário.

Todavia, o grande dilema gira em torno dos rigorosos requisitos impostos pelo governo para a concessão, que são: comprovação do autismo por laudo médico, renda familiar inferior a ¼ (um

quarto) do salário mínimo, não vinculação ao Regime Geral de Previdência Social ou ao Regime Próprio de Previdência Social e inscrição atualizada no CadÚnico. Como se pode perceber, para a efetuação do cálculo da renda *per capita* o INSS observa o conceito de família previsto no artigo 20, §1, da Lei n. 8.742/93 e analisam cuidadosamente a situação de miserabilidade do requerente (pessoa autista). Assim, com a absurda limitação da renda familiar, não é de se estranhar que, apenas, uma pequeníssima parcela dos autistas brasileiros consiga obter o BPC (MOURA, 2022, p. 4).

### 3.1.3 Direito ao transporte

Outro direito importante dos autistas é o transporte. De acordo com, a Lei 8.899/94, os autistas carentes, assim como suas famílias, também têm direito ao transporte gratuito em ônibus, barco ou trem. Em relação ao transporte aéreo, o acompanhante do autista tem um desconto de 80% do valor da passagem.

Todos os direitos dos autistas estão amparados por leis. Entre as leis que protegem os direitos das pessoas autistas está, em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988. Após esta, outras leis municipais, estaduais e federais. A Lei 12.764/2012, que trata, especificamente, da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro

Autista, traz a garantia desses direitos. O art.1º prescreve que:

I – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASI, 2012).

Isso significa que não existe grau de autismo para a legislação. Além disso, é um médico que vai informar o diagnóstico a pessoa autista, um profissional de outra área não poderá fazer isso, dar um diagnóstico preciso, além de não ter habilidades, também será ilegal.

É preciso destacar também que o Autismo, ou transtorno do espectro autista (TEA), está enquadrado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146 – 2015) que objetiva assegurar e promover os direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, que é considerada.

Além da lei citada acima, também podem contar com o apoio da lei nº 12.764/2012, que instituiu a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, que assegura diversos direitos, entre eles. De acordo, com os direitos fundamentais constituição federal de 1988 aos cidadãos do nosso país, independente de ter ou não deficiência.

#### **4 DESAFIOS DO PROFESSOR EM SALA DE AULA PARA INCLUIR O ALUNO AUTISTA NO CONTEXTO DA APRENDIZAGEM**

Um dos grandes desafios para a inclusão dos alunos com autismo é formação docente em cursos que habilitem e tragam conhecimentos específicos sobre os sujeitos que fazem parte da educação inclusiva, isso porque é necessário no âmbito educacional currículos adequados, estudos sobre deficiências, conhecimento das diferentes síndromes e sobre a inclusão. O professor não se capacitando e se apropriando adequadamente desse conhecimento compromete de maneira considerável o processo inclusivo escolar. Outro desafio é o atendimento educacional especializado (AEE) que ajuda a garantir a inclusão, na medida em que oferece um aprendizado de conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, e tudo que difere dos currículos acadêmicos

que ele aprenderá nas salas de aula das escolas comuns, porém, como afirma Toledo (2017, p. 38):

A inclusão escolar de alunos com autismo nem sempre acontece como deveria, ainda mais nos casos de crianças com grau de autismo mais severo. Isso porque boa parte das escolas de ensino regular nem sequer está preparada para implementar estratégias de ensino e impulsionar o desenvolvimento destas crianças.

Sendo assim, muitos problemas se tornam desafios para essa inclusão como por exemplo a falta de estrutura física da escola, a falta de recursos didáticos corretos é outro desafio, pois estes são de fundamental importância para que a pessoa com TEA compreenda os conteúdos educacionais e realmente aprenda. Por isso, uma forma de melhorar o aprendizado é investir na adaptação dos conteúdos didáticos. Isso é necessário, porque os autistas sentem dificuldade de aprender da forma tradicional e ter esse apoio pedagógico melhora o processo de aprendizagem.

A integração escolar pode ser entendida como justaposição do ensino especial ou regular, ocasionando um inchaço dessa modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas comuns. Quanto à

inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2015, p. 27,28).

Sobre o material didático a escola enfrenta o desafio de não possuir materiais que sejam adequados aos objetivos que precisa alcançar dos alunos autistas. Sobre a metodologia de ensino, que também é um desafio visto que os professores nem sempre estão preparados para isso, destaca-se alguns exemplos citados por para o trabalho pedagógico com os autistas.

Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a pessoa com TEA e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;

Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc; Ter temas de interesse da criança em todas as atividades. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;

Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o material didático deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;

Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e



figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas são um desafio para crianças autistas e podem causar desconforto e desestimular a aprender;

As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais, pois o aluno com o TEA fica mais interessado para consultar e interpretar os exercícios e atividades propostas (SILVA, 2021, p. 5).

Sendo assim, a busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área. O docente ao se planejar deve pesquisar estratégias de ensino que poderá adotar para adaptar o conteúdo, eleger os recursos pedagógicos e a didática a ser utilizada de forma que venha favorecer a aprendizagem de todos os alunos. Trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham a todos e respeite às diferenças.

Cabe acrescentar que quando a criança autista frequenta a escola e é atendida por pessoas preparadas, ela recebe grandes benefícios. O simples fato de ter oportunidade de interagir com outros alunos da mesma idade lhe proporciona momentos de descobertas e aprendizado, embora muitas vezes esse avanço se torne

imperceptíveis de compararmos com a padronização. É preciso haver um conjunto de ações para alcançar os objetivos da inclusão do autista.

As ações que apresentam sucessos em sistemas inclusivos mostram que é imprescindível alterações em suas práticas [...] como elaboração de projeto pedagógico, plano individual de ensino, melhoria da formação profissional, valorização do magistério, apoios centrados na classe comum e não via suplementação, com uma pedagogia centrada na criança baseada em suas habilidades e não em suas deficiências, e que incorpore conceitos como interdisciplinaridade, individualização, colaboração e conscientização/ sensibilização (CAPELLINI, 2001, p. 155).

Por fim, é necessário destacar que os maiores desafios que encontramos em uma instituição como a escola ou em uma sociedade que não avançou no sentido da inclusão, é repensar as suas próprias regras, o próprio modo de atuar a partir de práticas que não excluem, que consideram as diferenças dos alunos autistas para que conquistem uma educação significativa para sua vida.

## 5 MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa foi realizada quanto à finalidade, pesquisa básica ou fundamental,

“Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Quanto a natureza, foi a pesquisa observacional, em relação a forma de abordagem, utilizou-se a pesquisa qualitativa descritiva, já no que diz respeito aos procedimentos técnicos, esta pesquisa se constituiu como bibliográfica. “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Foi realizada também uma pesquisa em documentos e as legislações vigentes para os autistas.

Os dados obtidos foram analisados a partir das exposições sobre os diversos aspectos abordados sobre o tema. Alguns conceitos presentes nas leis foram de difícil compreensão, porém, os demais aspectos pesquisados foram compreendidos significativamente. Nesse sentido, houve o profundo entendimento sobre as perspectivas relativas aos objetivos da pesquisa.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados nesta pesquisa trouxeram resultados positivos, pois permitiram

entender todos os desafios, as possibilidades de mudança que precisam ocorrer para se ter uma educação inclusiva para o sujeito autista. Por exemplo, a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 chamada Berenice Piana que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, antes por nós desconhecida, mostrou aspectos importantes que precisam ser incluídos para garantir os direitos dos autistas.

Além dessa lei supracitada, a apresentação dos direitos do autista de forma contextualizada por teóricos como Moura (2022) foram de suma importância para que se compreenda a forma de uinteragir, enquanto professores para auxiliar na sua garantia.

Também merece destaque a aprendizagem conquistada a partir dos conceitos de educação inclusiva e os desafios do professor em sala de aula para que possa realmente trabalhar no sentido de promover essa educação, principalmente para os alunos autistas que é a questão da temática aqui discutida.

A partir do que foi observado nessa pesquisa teórica, fica claro a necessidade de propor uma formação do professor mais contextualizada sobre a educação inclusiva. É preciso que não somente o professor designado para auxiliar o autista seja

conhecedor desses aspectos, mas todos os profissionais da escola.

Em síntese, sugere-se que as instituições de ensino possam refletir sobre sua real condição de ofertar a educação inclusiva, sobretudo do aluno autista e realize a reorganização de todo o seu contexto, seja pedagógico ou de estrutura. É preciso mudanças radicais em todo o currículo, para cumprir as leis e garantir os direitos dos autistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua simples presença na sala de aula é preciso, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades.

A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação, essa criança pode aprender tanto sobre os componentes curriculares propostos quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é fácil, contudo, fica evidente que, com dedicação e amor estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade.

Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo

educativo. Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto. Não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos.

A interação entre pais e professores também é muito importante para o processo de aprendizagem do sujeito autista, pois juntas irão achar formas de atuação, a fim de favorecer o processo educativo eficaz e significativo na superação das dificuldades de uma criança com esse transtorno. Portanto, além de acolhedora e inclusiva, a escola precisa se constituir em espaço de produção e socialização de conhecimentos para todos os alunos, sem distinção.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição** (1.988). Brasília. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_08.09.2016/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/CON1988.asp)>.

Acesso em: 13/11/2022.

\_\_\_\_\_, **Manual dos Direitos Pessoa com Autismo**. São Paulo, 2021.

\_\_\_\_\_, Lei 13. 146/2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_, **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)> (Acessado em 3 de abril de 2023)

CAPELLINI, Vera L. M. F. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns: avaliação do rendimento acadêmico**. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>(Acessado em 15 abril 2023).

GADIA, Carlos A., Tuchman, Roberto e Rotta, Newra T. **Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento**. *Jornal de Pediatria* [online]. 2021, v. 80, n. 2 Acesso em: 6 Junho 2021.

GERHADT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa**. SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbetes Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 16 mai. 2023.

MOURA, Adryelle. **Conheça os mais importantes direitos dos autistas**. 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde.  
**CID 10 - Classificação Internacional de Doenças da OMS**, 2018.

RUSSO, Fabiele. **14 sinais comuns do autismo que ajudam no diagnóstico precoce**. Revista Hospitalar, 2019. Disponível em: <https://revistavisaohospitalar.com.br/14-sinais-comuns-doautismo-que-ajudam-no-diagnostico-precoce/>. Acesso em: 05 de jun. 2023

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

TOLEDO, Tiago. **Inclusão escolar de alunos com autismo. O que fazer?**. Esporte e Inclusão, 2017. Disponível em: <https://www.esporteeinclusao.com.br/autismo-infantil/inclusao-escolarde-alunos-com-autismo/>. Acesso em: 03/05/2023.



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## O LÚDICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jonas dos Santos Lima<sup>1</sup>  
Anderson de Alencar Meneses

### RESUMO

Este artigo com o título de o lúdico no contexto da Educação Infantil teve como motivação o desejo do autor em aprofundar seus conhecimentos sobre a importância do lúdico como processo pedagógico da aprendizagem e desenvolvimento da criança. Tem, pois como objetivo analisar a relevância da atividade lúdica no processo da aprendizagem da criança na educação infantil. Adota como metodologia a pesquisa bibliográfica a partir do entendimento de que toda pesquisa precisa ter uma base teórica, apoiando-se em autores como: Carvalho (2023), Oliveira (2012), Ramos (2012), Hofmann (2000), e Silva (2020), bem como em artigos que tratam especificamente sobre o tema. Faz uma abordagem sobre as concepções da educação infantil, a importância do lúdico para a aprendizagem e desenvolvimento da criança, sobre a importância da ludicidade como ferramenta didático-pedagógica para o desenvolvimento da aprendizagem e da formação da criança, a importância do professor no cuidar e educar a criança e que a ludicidade além de ser significativa para o desenvolvimento físico é uma forma de ampliar e levar o aluno a aprender regras sociais que pode ser perpetuar durante toda vida da criança e que o ambiente escolar é o ambiente próprio para o desenvolvimento da criança. Consigna que a ludicidade para desenvolver a criatividade e uma ferramenta para ampliar o conhecimento e ampliar a capacidade cognitiva do aluno. Uma atividade imprescindível para desenvolver habilidades cognitivas e sociais.

**Palavras-chave:** Criança, Ludicidade, Aprendizagem, Educação infantil.

---

<sup>1</sup> E-mail: jonaslima183@gmail.com



## INTRODUÇÃO

Este artigo com o título de o lúdico no contexto da educação infantil teve como motivação o desejo do autor em aprofundar seus conhecimentos sobre a importância do lúdico como processo pedagógico da aprendizagem e desenvolvimento da criança. Tem, pois como objetivo analisar a relevância da atividade lúdica no processo da aprendizagem da criança na educação infantil.

Adota como metodologia a pesquisa bibliográfica problematizando a importância da ludicidade na aprendizagem e no desenvolvimento da criança, na hipótese de que o lúdico é essencial para a formação da criança.

Abordagem sobre as concepções da educação infantil, o lúdico com processo pedagógico como elemento facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, sobre a importância do lúdico como espaço pedagógico no âmbito da educação infantil, bem como da importância do professor da educação infantil na formação crítica do aluno.

Mostra que é dever da escola não apenas instruir ou cuidar, mas, sobretudo se preocupar com a educação da criança de maneira global preparando-o como cidadão para a vida adulta, de modo que ela possa

exercer sua cidadania de forma plena e consciente.

Ressalta a relevância da ludicidade como processo didático-pedagógico para a aprendizagem e sua influência para o desenvolvimento da criança notadamente no que diz respeito os aspectos físicos, cognitivos e mentais, bem como para apreender as diferentes linguagens, formar sua identidade e assimilar e desenvolver sua cultura.

Destaca que o professor da educação infantil, além de se preocupar com a aprendizagem da criança, deve sobretudo se preocupar em satisfazer as necessidades da criança, bem como com o bem-estar e a motivação da criança levando-a a se interessar pela atividade lúdica como ferramenta da aprendizagem.

Fundamenta que o professor ao planejar suas aulas deve apropriar os jogos e as brincadeiras de conformidade com a faixa etária e as aptidões da criança, sobretudo no sentido de adequar os jogos e as brincadeiras de conformidade com a maturidade da criança, assim como estimulá-la a apreender as regras inerentes às relações sociais de modo que possa aplicá-las cotidianamente em seu ambiente de convivência começando pelo ambiente escolar.

Mostra ainda que as atividades lúdicas não é apenas um passatempo, mas



uma ação pedagógica para levar o aluno a uma aprendizagem significativa e de qualidade que se refletirá na vida adulta, cujos princípios o aluno levará para o resto da vida, podendo se transformar em um transformador social.

Destaca que a aprendizagem através da atividade lúdica deve ser descontraída levando o aluno a sentir prazer em brincar e através das brincadeiras assimilar regras sociais que através dos tempos possa moldar o comportamento do aluno nas relações interpessoais com os colegas, com professores, com a família, enfim, na sociedade.

Traz uma reflexão sobre o papel do professor, o qual deve desenvolver habilidades afetivas e instigar a criança a ser crítico, questionando sobremaneira sua aprendizagem e suas ações comportamentais na sociedade inserindo o ambiente escolar e seu ambiente de convivência, assim como desenvolver habilidades para lidar com as pessoas e construir relações saudáveis.

Enfim, mostra que a educação infantil é a base de todo processo educativo que a criança leva para a vida, assimilando entre outros aspectos os princípios da cidadania.

### 3 CONCEPÇÕES

A educação infantil tem como objeto cuidar e educar a criança e levá-la a reconhecer seus valores e sua cultura e a relação com seu mundo notadamente através de jogos e brincadeira, ou seja, através da ludicidade que, sem dúvida, é um instrumento didático para estimular a criança a desenvolver seus saberes e conhecimentos que lhe são peculiares, tendo a ludicidade como uma ferramenta social, o que significa que o lúdico é uma ferramenta pedagógica para facilitar a aprendizagem da criança.

Portanto, conforme menciona Oliveira (2005,) um mecanismo para ampliar a relação da criança com o saber desde cedo, levando a reconhecer e dominar as diferentes linguagens, seus valores culturais tendo base em princípios científicos.

Assim, há de se considerar que a ludicidade é um instrumento didático-pedagógico de apoio à aprendizagem da criança onde se inclui a socialização do conhecimento e as relações interpessoais no ambiente escolar servindo como base para o relacionamento da criança com a família e seu ambiente de convivência., tendo como fundamento o jogo e a prática de brincar, devendo-se levar em conta conforme aponta Oliveira, et. al.





(2012) que brincar é uma atividade que tem como prevalência aprimorar o processo da aprendizagem. Portanto, um instrumento para potencializar e ampliar o repertório da aprendizagem da criança.

Compete ao professor da educação infantil diagnosticar as necessidades da criança, conforme ainda a autora, para estimular a criança à prática de jogos e brincadeiras de forma natural evitando a sensação de competição e planejar a atividade lúdica de forma a explorar as habilidades e competências da criança mediando a aprendizagem, estimulando também a criatividade da criança, levando-a ao amadurecimento.

Compete ao professor estimular a criança a conhecer seu universo respeitando naturalmente a idade e a maturidade da criança, instigando sua capacidade de aprender e se sentir confortável pelo ato de brincar favorecendo sua aprendizagem e a capacidade de se relacionar com os colegas e com o ambiente escolar, sem colocar em risco a integridade da criança.

Compete-lhe ainda estruturar os jogos e as brincadeiras de acordo com a idade da criança e sua capacidade de assimilação de modo que a criança se sinta confortável para brincar de maneira natural, levando-a a socializar o conhecimento e sua aprendizagem, levando-a relacionar o conhecimento não apenas no ambiente

escolar, mas, e principalmente no seu universo de convivência fora da escola, como na família, por exemplo.

É, preciso, porém, que o professor ao planejar as atividades lúdica, se preocupe com a ação educativa, considerando que a educação não se restringe à instrução, mas, a formação totalitária da criança, o que exige do professor a sensibilidade do fazer e aplicar a ludicidade para promover a interação dos alunos de acordo com a idade do aluno e seu potencial de assimilação da atividade lúdica., sem prejuízo da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, se preocupando com o bem-estar de cada criança, se preocupando com o aprender a fazer e não com os resultados da ação lúdica, visto que o objetivo da ludicidade é aprimorar o conhecimento pelo ato de brincar.

Isto, por outro lado, requer a aplicação do brinquedo adequado para a apropriação do desenvolvimento da criança, sobretudo para promover o desenvolvimento de habilidades e incorporar uma cultura de aprendizagem sem levar a criança ao estresse e, sim, promover o interesse e a satisfação do aluno, motivando-o a se interessar não apenas pelo brincar, mas, e principalmente, a se relacionar e dividir com os colegas sua aprendizagem significativa, ou seja, socializa sua aprendizagem com os colegas



com autonomia. Isto é, se sentindo confortável e seguro de sua aprendizagem, entendendo a dinâmica das relações sociais.

Vale salientar que os jogos e as brincadeiras são atividades intrínsecas à vida da criança, pois quando elas brincam conforme Silva-Raia e. al. (2021), constroem coletivamente sua emancipação ao tempo em que evidenciam a produção de saberes coletivos, devendo-se compreender que o processo educativo é alimentado ao longo do processo histórico da aprendizagem livre de opressão e interdições sociais que refletem na instituição de ensino. Significa que a aprendizagem infantil engloba tudo que está em volta da criança sem que a criança se sinta coagida sentindo a sensação de liberdade. Denotando o prazer de brincar, o que contribui para sua aprendizagem e seu desenvolvimento físico e mental.

O fato é que a ação de brincar é, sem dúvida, uma fonte inesgotável de interação lúdica e afetividade. Uma fonte para a construção do conhecimento e da aprendizagem, o que significa de acordo com Silva (2012), que a ludicidade é fundamental para o desenvolvimento da criança, também influenciando o poder de concentração. Portanto, uma atividade imprescindível para o desenvolvimento da criança, a qual deve distinta e consubstanciada como estrutura curricular

no Projeto Político Pedagógico da escola, sobretudo, porque a atividade lúdica além de se tornar atrativa chama a atenção e aguça a observação e a imaginação da criança.

Ademais contribui para a socialização da cultura da criança, desenvolvendo habilidades de comunicação e de socialização do conhecimento, requerendo por outro lado, a mediação do professor para orientar as regras e o objetivo da ludicidade e planejar sua atividade didático-pedagógica para aproveitar ao máximo as habilidades e o potencial do aluno na idade própria, além de ser uma atividade integrativa e prazerosa que leva a criança a se sentir à vontade, a se expressar seus temos e habilidades de maneira espontânea independentemente do contexto, contribuindo de forma direta para a compreensão de regras e interações sociais.

Assim, há de se entender que o lúdico não é apenas um passatempo, mas uma atividade que propicia a descoberta de novas habilidades, construção da compreensão entre os pares, estímulo para o desenvolvimento da autonomia do aluno e de interação entre os brincantes e professor-aluno, além de contribuir para o desenvolvimento global e afetividade entre os alunos e professores, permitindo o exercício da imaginação da criança,



aguçando a maneira de como ela ver o mundo, cabendo ao professor estimular a criança a se apropriar de seu espaço para desenvolver a criatividade e, por consequência, seu próprio desenvolvimento..

Portanto, um processo de aprendizagem que consiste, segundo Silva (2020), que tem como finalidade despertar a atenção, a imaginação, assim como desenvolver os aspectos motores e sociais, visando o pleno desenvolvimento da criança que aprende de forma significativa tornando o ensino de qualidade.

Constitui-se numa prática educativa da educação infantil, visando por um lado, o desenvolvimento emocional do aluno e, por outro, a compreensão dos educadores sobre os limites e as possibilidades de trabalhar as questões afetivas, comprometidos com a qualidade de vida e do ensino/aprendizagem, cabendo-lhe incentivar ao aluno tomar iniciativa valorizando a atividade lúdica para desenvolver ideias e conceitos lógicos e sociais.

Dest4e modo, pode-se afirmar que a atividade lúdica é um suporte que o professor se utiliza para facilitar a aprendizagem e propiciar mudanças significativas na aprendizagem e no comportamento social da criança, permitindo-lhe um crescimento saudável e

desenvolver autonomia, garantindo o processo da aprendizagem de forma criativa e descobrir suas habilidades sem imposição, mas, de forma natural, compreendendo a dinâmica da ludicidade.

A atividade lúdica, é, portanto, um mecanismo para levar o aluno a pensar. Uma ação pedagógica para propiciar ao aluno a capacidade de explorar seu potencial e refletir sobre sua aprendizagem incorporando regras sociais e de relacionamento, superando por consequência algumas limitações que podem ser aperfeiçoadas e ampliadas pela aprendizagem lúdica, cabendo ao professor o papel de mediador e orientar os caminhos para o desenvolvimento da criança, dimensionando os limites da ação lúdica de forma que a criança se sinta segura e confortável, o que é essencial para estabilidade emocional e para estimular a confiança do infantil., também favorecendo o desenvolvimento cognitivo e o espírito de companheirismo e de solidariedade, se educando para a convivência social., aproximando o mundo da fantasia ao mundo real, visto que a criança aprende brincando, e, concomitantemente amplia sua capacidade de imaginação.

Por outro lado, pode-se afirmar conforme aponta Silva (2020), que o lúdico uma atividade que influencia as relações pessoais, uma ferramenta para a criança



desenvolver e compreender as relações sociais, adquirir e disseminar experiências, assimilando e construindo regras de convivência, cabendo ao professor aplicar a brincadeira de modo correto de acordo com o desenvolvimento, a faixa etária e as aptidões da criança.

Assim, pode-se afirmar que quando a atividade lúdica é aplicada de modo saudável e correto, é segundo a citada autora, um fator que contribui para liberar as tensões, contribuindo para o equilíbrio emocional e para combater preconceitos e diferenças de cunho socioeconômico, visto que durante as brincadeiras todas as crianças são iguais, devendo ser igualmente tratadas, compreendendo-se também conforme Vygotsky (1991, p. 173), que a atividade lúdica “permite que a criança investigue a realidade e assim possa construir-se socialmente”. Isto é, ao brincar a criança exercita o imaginário, ao tempo em que aprende e reflete sua capacidade de compreender sobre uma realidade.

Deste modo, compete ao professor da educação infantil, apropriar-se da ludicidade não somente como ação didática-pedagógica, mas também para estimular a criança a descobrir sua identidade, assim como desenvolver a capacidade de resolver suas dificuldades de aprendizagem, cabendo ao educador orientar as estratégias

e meios para a criança tomar iniciativa, considerando que a ludicidade a atividade lúdica é, um campo onde os aspectos de subjetividade se encontra com os elementos da realidade externa que possibilita uma experiência criativa com o conhecimento e o processo de raciocínio.

Nesse sentido, compreende-se que a ludicidade é um processo educativo para desenvolver a intelectualidade do aluno, cabendo ao professor motivá-lo para que ele aproveite ao máximo seu potencial, incluindo o desenvolvimento físico, capacidade motora e mental e assim, contemplar seu desenvolvimento de maneira global, expressando seus sentimentos e sua aprendizagem, assimilando padrões de comportamento de convivência com seu mundo, e, notadamente, com o mundo exterior, reiterado pela integração social.

Nessa perspectiva, ainda de acordo com Silva (2020), o professor educador, deve aproveitar sua atividade pedagógica para associar o pensamento científico à realidade do aluno, contextualizando as atividades lúdicas ao cotidiano do aluno, levando-o a se interessar pela a aprendizagem aplicável ao seu mundo de convivência, despertando-lhe interesse, motivando-lhe a brincar com alegria, ou seja, de forma descontraída, o que naturalmente se reflete em prazer, o que



naturalmente lhe despertará interesse pelo ato de brincar e aprender de maneira espontânea, compreendendo-se conforme situa Cruz (2020), que a educação não pede licença, vai além de ler, escrever e fazer cálculos refere-se à formação do aluno, tratando conforme Lorde (2020), as diferenças em pé de igualdade.

Compete ao professor por outro lado, se preocupar com a adequação do espaço físico, fazendo com a criança se sinta confortável e segura para brincar e dar espaço a seus sentimentos e aguçar sua capacidade criativa e ter espaço para sua mobilização, fazendo que a criança tenha satisfação e interesse pela atividade lúdica, assegurando que o objetivo da brincadeira/jogo será atendido, compreendendo que a ludicidade é uma atividade para levar a criança a internalizar regras que contribuam para a formação integral da criança, visto que educar da educação infantil é cuidar da criança por inteiro, no caso da ludicidade, fazer com que ela aprenda de maneira espontânea.

O professor deve entender que a atividade lúdica alimenta a criatividade e a percepção da criança sobre seu ambiente natural, ao tempo que apropria o conhecimento e instiga o desenvolvimento de habilidades e reelabora competências e atitudes pertinentes à educação, sobretudo levando a criança a construir uma cultura

intrínseca aos valores humanos os quais se refletem na vida adulta, sobretudo, no desenvolvimento das relações sociais.

Neste sentido, o professor da educação infantil deve desenvolver a habilidade para instigar o aluno a uma abordagem crítica de sua aprendizagem, considerando que brincar é um universo próprio da criança, especialmente no sentido de integrar a criança em sua história sociocultural, levando em conta que a infância, conforme aponta Silva (2020), é uma fase específica da vida, e por isso o professor deve vincular sua prática pedagógica aos preceitos da cidadania, visto que o que a criança aprende na fase infantil em geral leva para o resto da vida.

O professor então deve considerar que a proposta pedagógica é um fundamento para contemplar a concepção da criança, cabendolhe adequar o nível do brinquedo e/ou jogo conforme a aptidão da criança respeitando seus limites, levando a criança a pensar e desenvolver a capacidade cognitiva se divertindo, devendo ainda considerar que a educação infantil é a essência para a formação do sujeito como ser humano.

É papel do professor conforme situa Santos (2021), desenvolver meios e instrumentos que possibilitem harmonizar a demanda de conhecimento e desenvolvimento de habilidades de ordem

social estáveis, mesmo que complexas, cujo comportamento é absolutamente necessário para a convivência em grupo, entendendo que os conflitos são inevitáveis, sendo necessário a criação de regras para a boa convivência dos alunos e da relação professor educando, compreendendo conforme o autor, que as regras são princípios que guiam as ações dos indivíduos (alunos).

Neste sentido a escola deve priorizar em seu Projeto Político Pedagógico o desenvolvimento de atividades que privilegiem o lúdico”. Significa que a escola deve estar consciente da importância da ludicidade na educação infantil numa concepção de que a vida da criança é determinada pelo contexto social, em cujo processo se desenvolvem valores com base em sua própria história de vida do aluno, a qual lhe acompanhará durante a vida adulta, construída nos preceitos da atividade lúdica.

Brincar está também associado a uma situação imaginária que é uma característica inerente à criança, devendo-se levar em consideração que para Vygotsky (1991a), a imaginação é um processo psicológico novo para a criança que não está presente na consciência da criança e surge com a ação. Isto leva ao entendimento de que a criança com sua mentalidade criativa imagina e cria situações convincentes para demonstrar seu desejo mesmo sendo

fantasia não se dando conta do real e da fantasia como reflexo da ação lúdica.

Isto, por sua vez, leva a criança a criar sua identidade e autonomia que contribuem para o desenvolvimento da atenção e memorizar mesmo que inconsciente as regras implícitas da ação lúdica melhorando sua aprendizagem priorizando sua forma de ver o mundo exterior construindo sua própria história de vida sociocultural se tornando um reflexo do meio em que vive, devendo-se considerar que a atividade lúdica é uma ação que a criança relaciona com sua realidade concreta

#### **4 ESPAÇO PEDAGÓGICO NA 5 EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para Hoffmann (2000), o espaço pedagógico é um ambiente que deve respeitar e valorizar no seu próprio tempo. Um ambiente espontâneo para favorecer a exploração livre dos objetos de vivência de situações próprias e adequadas ao tempo da criança dando-lhe a oportunidade de escolher o brinquedo e o parceiro para brincar, num ritmo próprio sem a pressão do adulto oferecendo ao aluno um ambiente seguro e acolhedor oferecendo à criança todo afeto e orientação necessária.

Nesse sentido, conforme apontam Albuquerque e Amorim (2023), é preciso

estabelecer com a criança troca constante de experiências e emoções para que a aprendizagem seja profícua através da atividade lúdica, deixando a aula mais divertida possível. Compete ao professor adequar as atividades lúdicas / pedagógicas ao cotidiano do aluno, respeitando a individualidade do discente

Isto é, a preocupação do professor da educação infantil é proporcionar um ambiente acolhedor e confortável para a criança de modo que ela se sinta segura para realizar suas tarefas de maneira espontânea e sua relação com o objeto lúdico contemplando suas peculiaridades e habilidades de se relacionar no ambiente social apropriando o desenvolvimento cognitivo de forma humanizada.

O professor, por outro lado, em sua prática pedagógica deve estimular o aluno a aprender a brincar, pois criança que sabe brincar pode desenvolver bloqueio de pensar. Precisa então motivar a criança a desenvolver sua capacidade cognitiva visto que a criança ao brincar além de se relacionar consigo mesmo, desenvolve automaticamente a capacidade de pensar, se tornando criativa e desenvolver a capacidade cognitiva, afetiva e de relacionar-se consigo e com o mundo exterior.

## **6 IMPORÂNCIA DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Como se sabe a educação infantil é por excelência a fase das descobertas da criança e a escola a entidade facilitadora da aprendizagem e da integração social com seu mundo e, pelo menos em parte com o mundo exterior, cuja função do educador é inspirar e levar a criança a se autodescobrir principalmente através de atividades lúdicas.

É também papel do professor e da escola não apenas cuidar, mas zelar plenamente da educação da criança visto que a escola é o ambiente aonde a criança dar seus primeiros passos para uma aprendizagem formal de convivência social fora do seio da família, cabendo ao professor mediar sua relação com a criança, o que requer afetividade e um planejamento pedagógico para sedimentar o desenvolvimento da criança.

Deve compreender que brincar para a criança é vida ativa que leva a criança a adquirir confiança e autonomia para a aprendizagem e para desenvolver a interação consigo e com tudo que lhe está em volta propiciando o desenvolvimento da comunicação e do hábito de se inter-relacionar, notadamente no ambiente escolar e no seu ambiente de convivência



constituindo uma experiência saudável e respeitosa desde cedo.

O professor deve estar consciente de que seu trabalho se reflete diretamente na sociedade, daí ser necessário além de se preocupar com a aprendizagem da criança, trabalhar segundo o Programa Educa Mais Brasil, questões relacionadas aos valores sociais e éticos que favoreçam a convivência em sociedade equilibrando a ação brincar e ensinar explorando a cultura e estimular a criatividade, a linguagem, a cognição e a imaginação da criança, estando consciente de que seu papel essencial para a formação crítica do aluno, contemplando, segundo Ramos (20112), as diferentes possibilidades de interação pelas crianças entre si e suas descobertas dos outros”.

Deve, pois, apoiar-se em atividades lúdicas para despertar o interesse dos alunos utilizando-se de brincadeira diversificando sua ação pedagógica, apreendendo que para o ensino da educação infantil em relação a atividade lúdica, faz-se necessário compreender que a brincadeira é uma atividade essencial para a aprendizagem e desenvolvimento da criança, instigar a criança a se envolver e explorar seu potencial através das brincadeiras, garantir uma aprendizagem de qualidade, incluindo sua relação com a natureza, além de viabilizar espaços culturais diversificados para a prática de teatro, música, visitas a

bibliotecas, videoteca, etc., para que a criança possa desenvolver suas potencialidades e construir sua identidade cultural.

É importante que o professor se preocupe com o cuidar e educar a criança, cuja prática pedagógica se preocupe também com o bem-estar da criança, nela desenvolver princípios éticos e de cidadania, bem como observar o desenvolvimento da criança assegurando uma aprendizagem saudável respeitando os sentimentos do aluno e realizar atividades significativas para despertar o interesse e ampliar do sobre a importância da ludicidade.

## 7 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, apoiando-se em autores como: Carvalho (2003), Silva (2020), Silva-Raia (2021), Albuquerque e Amorim (2023), entendendo que toda pesquisa é guiada por um referencial teórico.

## 8 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Conforme demonstram os resultados da pesquisa o lúdico é a ação de brincar como um determinado objetivos, sobretudo, no sentido de levar o aluno a adquirir conhecimento e se desenvolver de maneira



espontânea, embora implique na obediência de regras notadamente para fazer o aluno a assimilar regras sociais e de convivência e se sentir responsável por seu próprio desenvolvimento.

Implica na capacidade do professor em conduzir o aluno em busca do conhecimento de forma natural fazendo-o assimilar de maneira natural as normas sociais e como se comportar em grupo, respeitando a ação e a atitudes dos colegas.

Compete ao professor planejar bem as atividades na sala de aula atendendo satisfatoriamente as necessidades dos alunos encarando, entendendo que a ludicidade é uma ação pedagógica vinculada à aprendizagem e fazer com que o aluno desenvolva habilidades e seu próprio desenvolvimento respeitando a faixa etária e o potencial e aptidão do a

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil é a base da estrutura da formação do ser humano, visto que é na fase infantil que a criança formula conceitos que leva para o resto da vida, daí a importância do professor da educação infantil pois ele o responsável primeiro pela formação do aluno como gente e, notadamente, como cidadão consciente e crítico.

É o responsável pela articulação entre o saber e o desenvolvimento social da criança, pois como diz o adágio popular é de criança que se faz o adulto. E isto é verdade, pois se a criança tem uma formação se torna, sem dúvida, um bom cidadão, se torna capaz de influenciar e até mudar preconceitos, ser justo, se transformar não um opinador, mas um transformador social., leva consigo a capacidades de ocupar seus espaços e reconhece a importância das relações sociais e desenvolve a compreensão sobre ela e os outros.

Por outro lado, é preciso que o professor da educação infantil esteja preparado não só para cuidar da criança, mas, e principalmente para educá-la, pois educar não só instruir, e sim cuidar globalmente da formação do indivíduo dando bases para reconheça seus direitos e deveres e saiba como se comportar em sociedade, lidar com as pessoas com elegância e distinção, sendo gentil e prestativo.

No que diz respeito ao lúdico, está claro que é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da aprendizagem visto que ao brincar a criança desenvolve suas habilidades e capacidade de aprender de forma prazerosa e assim se condiciona a desenvolver hábitos de boas maneiras, respeito ao próximo, assim como desenvolver a capacidade de se relacionar e



assimila conceitos de cidadania, aprende a se comportar e se prepara para assumir seu papel na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Rebeca; AMORIM, Aline Matos de. **O gato Pete quer dormir**, 2023. em <[mpressed.pdf?v=1678719145https://cdn.shopify.com/s/files/1/0529/5125/3158/files/0349P220203000000\\_MDP\\_PDF\\_compressed.pdf?v=1678719145](https://cdn.shopify.com/s/files/1/0529/5125/3158/files/0349P220203000000_MDP_PDF_compressed.pdf?v=1678719145)> <Acesso em 06.05.2023.
- CRUZ, Cláudia Gomes. **Trajetórias de vida de mulheres negras e suas colaborações para (re)Educação das relações étnico-raciais**. Dissertação. Rio de Janeiro. Universidade do Rio de Janeiro, 2020.
- EDUCA MAIS BRASIL. **Importância do professor da educação Infantil**. Disponível em <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/a-importancia-dos-professores-na-LORDE>, Audre. Tradução - Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MARINHO, H.R.B. et al. **Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade**. 2. ed. Curitiba: Ed.IBPEX, 2007.
- VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos, et. al. **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.
- SANTOS, Fernando Emídio dos. **Contexto do aprendizado de ideias, moralidade e ética no mundo contemporâneo**. In Outras lentes, outros focos educativos: espaços, artefatos e sujeitos da educação contemporânea. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.
- SILVA, João Da Mata Alves Da. **O lúdico como metodologia para o ensino de crianças com deficiência intelectual**. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD\\_EDUMTE\\_II\\_2012\\_33.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4736/1/MD_EDUMTE_II_2012_33.pdf)>. < Acesso em 8.05.2023.
- SILVA, Nadieje Maria Soares. **Concepções docentes sobre o lúdico como ferramenta facilitadora no processo de ensino aprendizagem na educação infantil**. Assunção.: UAA, 2020.
- SILVA-RAIA, Ana Lúcia da. **História de vida e educação: uma combinação para construção de epistemologias** outras. In Outras lentes, outros focos educativos: espaços, artefatos e sujeitos da educação contemporânea. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021



